



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	37

datacenter dos *links*, da transmissão de dados... Não fizemos uma licitação desse serviço por conta de uma decisão de governo de centralizar o *datacenter* e os *links* na secretaria de planejamento, aliás já há um processo de migração do *datacenter*, do grupo Algar para a Seplan, que está em pleno andamento. Mas neste caso nós temos cobertura contratual, ainda que de natureza emergencial, como temos também em relação à prestação de serviço numa licitação que foi feita com a participação de oito, nove empresas e que resultou na conclusão de um contrato de uma empresa prestadora de serviço que faz o... (Falha no áudio.) de comercialização dos diversos produtos do transporte coletivo.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – A Comissão de Gestão Provisória do SBA foi transformada em permanente?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, foi transformada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – E por que a composição desta comissão hoje só tem servidores comissionados ou terceirizados?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Estou sendo informado aqui que não, que nós temos servidor comissionado e servidor de carreira na composição da comissão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok. O sistema de bilhetagem está integrado à estrutura organizacional no DFTrans?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, nós estamos discutindo o novo regimento. Na realidade, o DFtrans hoje é uma nova realidade, em razão da nova realidade do transporte... (falha no áudio) o órgão gestor agora com outros olhos, na medida em que estamos modernizando a frota, implantando corredores, implantando todo um sistema de integração, uma nova sistemática de remuneração dos operadores que ganharam a licitação do sistema de transporte coletivo. Portanto, nós estamos discutindo internamente um novo regimento interno no qual está em debate também essa questão do SBA. Hoje, o Sistema de Bilhetagem Automática está subordinado diretamente à nossa diretoria colegiada, em particular à diretoria-geral.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O senhor pode confirmar a existência de operadores prestando serviço de transporte sem cobertura contratual?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós tínhamos um operador sem cobertura contratual que estava sendo mantido em razão da necessidade e o que a lei, a Constituição e a Lei Orgânica, nos ampara. Era um operador apenas, na cidade de Planaltina, os outros todos têm cobertura não contratual, até porque essas empresas que aí estão, estão saindo do sistema, já não tinham contrato quando chegamos ao DFTrans, foram mantidas em razão da necessidade de se manter o serviço à população. Mas hoje, efetivamente, como elas estão respaldadas por esse decreto do governador, havia apenas uma empresa que estava rodando sem cobertura contratual em razão dessa necessidade, desse respaldo legal que temos. Estamos avaliando a renovação desse contrato, apenas... (Falha no áudio.), mas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	38

houve manifestação da inidoneidade dela e ela já foi retirada de circulação. Portanto, hoje não há nenhuma empresa circulando, a não ser aquelas que já não tinham contrato e são amparadas pelo decreto do governador, que esteja rodando sem cobertura contratual.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Nesse caso, como eram registradas as receitas e o pagamento a esses operadores que não tinham cobertura contratual?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Registradas através do Sistema de Bilhetagem Automática e pago de acordo com as planilhas geradas a partir do SBA.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok. De acordo com a auditoria realizada no DFTrans, existem veículos que, mesmo não estando cadastrados, ou seja, não existem para o DFTrans, ou já tiveram sua autorização suspensa... Mas estavam cadastrados e operando no TDMax e arrecadando valores via SBA. Tal situação só é possível diante de um longo período de omissão, como o senhor mesmo já relatou...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Isso eu já informei, que nesses casos aí já foram...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Em cima disso, faço as perguntas. Uma delas acho que o senhor já respondeu, não é? O sistema do TDMax não foi alterado em nenhuma forma para evitar essas discrepâncias de informação. É isso, não é?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – O sistema do TDMax é um sistema de resgate de créditos. Estamos licitando um novo sistema. Até a conclusão dessa licitação estamos trabalhando com o sistema TDMax.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Que não foi... (Falha não áudio) ...para o controle da frota.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Que é o sistema da Transdata. O controle da frota é feito pelo CIT, que é outro sistema. O sistema TDMax é um sistema de resgate de crédito. O CIT, sim, é que faz o controle da frota.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok. Já foi interrompido o repasse de valores via SBA a título de veículos que não estejam cadastrados no CIT e, por consequência, não tenham a devida permissão para operar?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim. Já foi controlado o número de validadores vendidos para as empresas pela Transdata, de maneira que isso só seja permitido aos operadores possuírem uma quantidade de validadores igual ao de veículos habilitados, mais uma reserva técnica para manutenção?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, o sistema velho que está sendo hoje substituído, esse ainda roda com os validadores antigos que têm de estar cadastrados e sintonizados... Quer dizer, havia uma sintonia entre a informação daquele validador com o veículo. No momento em que há substituição, que há mudança desses validadores em relação a outro veículo, é apurado e é glosado. No



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	39

caso, inclusive, da nova frota que está chegando, pelo contrato que foi firmado entre as empresas licitadas e o governo, elas são obrigadas, inclusive, a colocar o carro em operação já com os novos validadores. Elas adquirem esses validadores das empresas que elas quiserem, aliás, isso estabelecido na própria lei. Os equipamentos embarcados são da responsabilidade... (Falha não áudio.) A partir dos carros novos que estão chegando, é o cadastro desses veículos, inclusive com a vistoria desses equipamentos embarcados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Pelo que eu entendi, foi aplicado então a essas operadoras que operaram com veículos clandestinos.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Isso em relação... Sim, sim...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Se houve glosa, é uma sanção.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – ...em relação aos anteriores.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Nesse caso, nós gostaríamos que fossem repassados a esta comissão os documentos comprobatórios. Ok, senhor Diretor?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Deputada, por favor, V.Exa. poderia repetir?

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – No caso dessas sanções que o senhor falou que foram glosas – eu entendi que foram só glosas –, nós gostaríamos que esses documentos comprobatórios fossem repassados a esta comissão.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Pois não.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – E também posso concluir que não foi instaurada tomada de contas especial para apurar o prejuízo causado ao erário, visto que os veículos não autorizados não pagaram outorga nem deveriam receber repasses via SBA, pois a sua operação é ilegal.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – As operações desta natureza, irregulares, que geraram esta movimentação, a punição às empresas foi a glosa desses valores e a abertura de processos administrativos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O TDMax permite que validadores configurados com os prefixos inexistentes ou de outras empresas sejam renumerados. Equipe da auditoria encontrou empresas atuando sobre prefixo, veículos de outra empresa. Nessa situação, foi remunerado, pelo DFTrans, o montante de R\$ 1.302.623,00 (um milhão, trezentos e dois mil e seiscentos e vinte e três reais), e, ante o exposto, pergunto: Foi criado o mecanismo no SBA para que os validadores só possam funcionar com o número do prefixo do ônibus em que estejam efetivamente instalados?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Essa parametrização, para poder garantir e assegurar que fatos como esses não aconteçam mais, nós estamos buscando no âmbito da nova licitação, na contratação do novo serviço; como eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	40

disse a V.Exa., esses casos que foram identificados, as medidas administrativas foram tomadas e as glosas foram feitas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Nós temos alguma norma determinando que a fiscalização do DFTrans cheque em suas vistorias físicas se o número do prefixo configurado no validador corresponde ao prefixo do veículo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Isso se trata de uma obrigatoriedade que está, inclusive, no Regimento que regula a ação dos nossos auditores fiscais.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi instaurado processo de sindicância ou administrativo disciplinar para apurar as responsabilidades pelo repasse de valores a operadores que operaram sob o número de prefixos inexistentes e de outras operadoras?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não foi não, senhora.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Os equipamentos do SBA, dentre os quais destacam os validadores são fornecidos aos operadores do SDPC-DF exclusivamente pela Empresa Transdata. Para que os validadores sejam habilitados a operar no SBA, é necessário que se gere um chip de controle: chip Sun. Como o DFTrans não controla a venda dos validadores nem participa dos procedimentos para a geração do chip Sun, que libera os validadores para o uso nos veículos nas empresas, a omissão da entidade acaba por permitir que veículos clandestinos funcionem no SBA. Ante o exposto, pergunta-se: Já foi assumido o controle da geração do chip Sun, que libera os validadores para funcionar no SBA, cumprindo assim o papel da autarquia de gestora do SDPC-DF, não permitindo que veículos não autorizados operem no sistema?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Deputada, essa informação não corresponde à realidade. Na verdade, desde que nós assumimos o controle das senhas que estavam de posse dos operadores, nós passamos a exercer um controle absolutamente total dos chips que são gerados no sistema, sejam os chips que estão instalados nos validadores, sejam os chips que são gerados nas máquinas de créditos. Portanto, hoje essas senhas foram obtidas, inclusive, judicialmente, e todos os operadores nos entregaram essas senhas ainda no ano passado. Portanto, a partir daquele momento nós passamos a exercer um controle total na geração desses chips. Se eventualmente há alguma fraude no sistema, ela é provocada à nossa revelia. E só pode ser identificada ou pela nossa ação da fiscalização ou por alguma denúncia que chegue até o órgão gestor.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok. Há registros de empresas operando linhas de outros grupos e de cooperativas?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, senhora Deputada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Já foi interrompido o repasse de valores, via SBA, referentes à operação de uma empresa sob linha autorizada a outra empresa?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	41

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não entendi, Deputada. V.Exa. poderia repetir a pergunta, por favor.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Se detectou que uma empresa está operando na linha autorizada de outra empresa. Esse repasse foi interrompido?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Foi interrompido. Na medida em que é identificada essa irregularidade, uma sobreposição operacional, ele é interrompido automaticamente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Durante a realização dos trabalhos de autoria foi constatado um possível conflito de interesse da Diretoria Técnica da Autarquia, uma vez que o Diretor Técnico, Sr. Raimundo Lúcio Lima da Silva, figura no sistema de bilhetagem automática – SBA, TDMax, como funcionário, cadastro ativo, código 44293, de um dos maiores grupos empresariais, operadores delegatários do serviço de transporte do Distrito Federal, SDPC-DF, o Grupo Canhedo, especificamente na Operadora Viplan. Ainda existe algum conflito de interesse dessa autarquia?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nenhum conflito, Deputada... (falha na gravação) ...O Diretor Raimundo, ele é um... (falha na gravação) ...sindical, afastado da empresa já há muitos anos... (falha na gravação). Quando inclusive ele assumiu a diretoria técnica do DFTrans, ele assumiu já na condição de trabalhador licenciado, por conta do exercício da sua condição de dirigente sindical. Portanto, ele já não tem mais, já não... e foi afastado inclusive, licenciado do sindicato para poder exercer a diretoria técnica do órgão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok. Relatório de auditoria aponta movimentação irregular nas faixas contábeis. Em razão do exposto, pergunta-se: já foram cessadas movimentações de valores entre as faixas contábeis?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, Sra. Deputada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Foi instalada alguma tomada de conta especial?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não houve nenhum prejuízo em relação a isso. Nós já regulamentamos a questão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – (falha na gravação) ...DODF (falha na gravação) ...de inexigibilidade de licitação para a contratação, pela terceira vez, de serviço especializado de consultoria para desenvolvimento de trabalho exclusivo de engenheiro e economista, visando à programação detalhada e racional do fluxo de ônibus no valor de R\$ 397.000,00 (trezentos e noventa e sete mil reais).

O DFTrans não tem em seus quadros esse tipo de profissional?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós temos alguns na área de planejamento e gestão, mas são insuficientes. A contratação dessa consultoria serviu para reforçar essas áreas estratégicas do órgão, no momento em que nós estávamos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	42

precisando muito de uma... e reforçar esse nosso planejamento. Foi por essa razão que nós fizemos essa contratação, inclusive... (falha na gravação) ...as normas, absolutamente dentro das normas... (falha na gravação) ...forçando (falha na gravação).

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Matéria publicada no Portal G1 da *Globo*, no dia 30 de outubro de 2013, relata o seguinte: "O DFTrans, responsável por fiscalizar e regular o transporte no Distrito Federal, cobrava de empresas concessionárias passagens de ônibus e bilhetes aéreos, em nome de pessoas ligadas ao PPL... (falha na gravação) ...O diretor disse ao G1 que não tinha conhecimento dos pedidos por passagens. A chefia de gabinete sempre centralizou os pedidos que vêm... (falha na gravação) ...entidades. A gente centraliza e envia para as empresas, mas nunca para as concessionárias", afirmou S.Exa.

Ele disse que nenhuma passagem era para atender interesses individuais. Se são filiados do PPL, é mera coincidência.

"Notas fiscais e e-mails obtidos pelo G1 mostram que os pedidos eram feitos por Vitor de Abreu de Corrêa, ex-chefe de gabinete do DFTrans. A prática teve início em 2011 e continuou na gestão de Daniel de... (falha da gravação) ...irmão de Vitor, que assumiu... (falha da gravação) ...26 de fevereiro de 2012. Daniel Corrêa foi exonerado no último dia 16.

A reportagem chegou a falar com o Vitor pela manhã, mas ele desligou o telefone logo após saber o motivo do contato. O G1 não conseguiu falar com o irmão dele.

Os pedidos do DFTrans – de passagens aéreas e cessão de ônibus – eram feitos a Carolina Pereira, diretora de quatro empresas do Grupo Amaral – Rápido Girassol, Jat Taxi Aéreo, Esave Collection e Esave Mídia. Segundo ela, a ordem dada pelo presidente das empresas, Dalmo Amaral, era atender a todas as solicitações do DFTrans 'sem questionamentos'."

"Nenhuma passagem era para atender interesses individuais. Se são filiados, é mera coincidência", segundo S.Exa.

"E-mails enviados por Vitor a Carolina revelam que as empresas de ônibus atenderam a um pedido para comprar de uma vez 14 passagens aéreas para políticos... (falha na gravação) ...e sindicalistas, em julho de 2011. O custo total dos bilhetes foi de R\$ 10,1 mil, conforme dados da conversa por e-mail entre a executiva e o ex-chefe de gabinete do DFTrans.

O PPL foi fundado em 2009 por integrantes do antigo Movimento Revolucionário 8 de Outubro. A legenda tem 17,2 mil filiados e integra a base de apoio.

Entre os beneficiados está Zivan Roque Tavares, ex-presidente do PPL no Espírito Santo. Ele confirmou ao G1 o recebimento dos bilhetes. Segundo Tavares,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	43

'um tal de Campanella' providenciou as passagens de Vitória para São Paulo, onde haveria um congresso da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)".

Para resumir, acho que já está bem claro que o evento era esse da Central Geral dos Trabalhadores.

De acordo com Carolina, os pedidos por passagens começaram em 2011 e duraram até o segundo semestre de 2012. Ela afirma que os prejuízos com a compra de bilhetes e reservas de ônibus chegaram a duzentos mil reais. Eu pergunto: o senhor confirma esses fatos?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Eu já tive oportunidade de falar sobre esse assunto, Deputada. Eu quero deixar bem claro que, nessa reportagem, foi apresentado apenas um e-mail solicitando passagens. Realmente, eu não tinha conhecimento dessa solicitação. A nossa chefia de gabinete centraliza pedidos de toda natureza. São centenas de pedidos que nós recebemos todos os meses para atender a entidades sindicais como essa, entidades filantrópicas, entidades religiosas, entidades de idosos – atendimento de pedido de idosos. As solicitações são encaminhadas, mas elas não representam nenhuma troca de favores. Nunca representou. No caso do Grupo Amaral, há uma prova material: a realidade demonstra isso de maneira cabal. É só pegar a data do *e-mail* que foi encaminhado, solicitando passagem. Certamente, essas solicitações são endereçadas a várias destinações.

Não há nenhum favorecimento do Grupo Amaral. Muito pelo contrário. Nós fizemos um Termo de Ajuste de Conduta e cobramos implacavelmente a aplicação do Termo de Ajuste de Conduta com o Grupo Amaral na Justiça, por conta da não aplicação, do não cumprimento de nenhum dos itens. Nós tínhamos informações de que o Sr. Valmir Amaral retirava recursos todas as semanas do grupo para... (falha na gravação) ...Nós, no DFTrans... (falha na gravação) ...sua frota de carros importados, nós tivemos que fazer uma intervenção, graças a uma decisão corajosa do governador nesse grupo. Na verdade, o que há nessa manifestação do Sr. Valmir Amaral, que não tem autoridade moral – inclusive, ele está sendo objeto de uma queixa crime da minha parte – para me atingir.

Em relação a esse pedido, não há nenhuma relação de favorecimento. Ele não tem autoridade moral. É uma revanche da parte do Sr. Valmir Amaral em relação a mim e ao governo, por conta dessa ação. Nós recebemos centenas de pedidos. Posso... (falha na gravação) ... sindical, conforme evento de natureza política. E eu não peço para ninguém que me pede passagens, que me pede transporte para atender a idosos, estudantes, jovens... (falha na gravação) Eu não peço... (falha na gravação) ...de filiação partidária.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok.

Constatada a operação com defeito que implique risco para a segurança do passageiro ou do trânsito, a fiscalização do DFTrans deve, se for o caso, apreender, reter o veículo... (falha na gravação) ... de operação. Esse é o papel dos servidores



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	44

integrantes da carreira de auditoria fiscal. Por que o senhor baixou, em 2013, a Ordem de Serviço nº 3, que condiciona a apreensão, retenção ou retirada do veículo de operação a uma autorização pessoal?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Foi uma medida preventiva que nós adotamos na época para poder sintonizar as ações de gestão do órgão, as ações de operação, com as ações de fiscalização. Nós tínhamos notícia de que poderia haver algumas ações absolutamente dessintonizadas com a operação e poderia comprometer o serviço de transporte coletivo. Com essa instrução, nós não obstruímos a fiscalização. Apenas determinamos que as ações de fiscalização fossem antes remetidas e aprovadas pela nossa diretoria operacional e pela diretoria-geral.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Mesmo que isso implicasse risco de segurança para o passageiro?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não. Lógico que não. Os itens de segurança sempre foram itens absolutamente rigorosos na nossa apuração. O que nós apenas pedimos é que houvesse a informação prévia para que a nossa diretoria operacional e a diretoria-geral pudessem agir nesses casos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Mas isso poderia ter um interregno de... Mesmo que fosse de algumas horas, com esse... (falha na gravação) ...e que poderia causar um acidente.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não. O fiscal poderia reter o veículo até a comunicação à diretoria-geral.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Poderia, não é?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Poderia reter o veículo, evidente, e não deixá-lo circular. Essa determinação foi cancelada, até porque nós passamos a ter... (falha na gravação) ...Aí, sim, sintonizada com os objetivos gerais do órgão.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Essas são as minhas perguntas. Eu só gostaria de entregar ao Presidente aqui da Casa um requerimento que cumpriu todos os trâmites, inclusive com aprovação pela Mesa Diretora; lido, em Plenário, no dia 6 de fevereiro de 2013, cujo prazo se encerrou em 29 de março deste ano, para o recebimento das informações, no qual eu solicitava cópia de inteiro teor do Processo nº 0980007 (falha na gravação) 7, de 2012. Então, contrariando a fala do Dr. Campanella de que se todos os trâmites da Câmara Legislativa fossem seguidos, nós receberíamos a documentação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Terminada a arguição da Deputada Eliana Pedrosa, passo a palavra a minha companheira Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde aos nossos colegas da Mesa e ao Campanella, Diretor do DFTrans.

Primeiro eu quero fazer uma consideração de ordem geral. Nós temos um país que se construiu ao longo de séculos num histórico de patrimonialismo do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	45

Estado; um Estado patrimonialista, cujos gestores sempre buscaram utilizar recursos públicos com finalidades privadas, e não ao bem da população em geral. Ou seja, a República Federativa do Brasil está longe de ter fundado a república dos nossos sonhos, a república que, de fato, obedeça à lógica da própria formação da palavra *res publica*, a defesa do interesse público, e não o uso do dinheiro público para finalidades privadas e particulares. Esse histórico tem que ser interrompido. Eu gostaria muito de poder ajudar nessa tarefa de que, de fato, a coisa pública fosse respeitada, o interesse público fosse respeitado neste país.

Quero também dizer que não bastam as receitas de padrões metodológicos para se resolver a questão de boa gestão e de planejamento. Aliás, muita gente fala em choque de gestão. Isso implica em redução de recursos públicos para as finalidades necessárias ao povo. E continua a sangria desatada em favor de alguns. Eu acho que o fundamental é o compromisso político do gestor em de fato assegurar que a sua gestão seja com a finalidade de atender o interesse público.

Dito isso, eu gostaria de fazer as seguintes perguntas ao Sr. Campanella. A primeira delas: o senhor tem conhecimento de como era a fiscalização e o controle do sistema de bilhetagem automática no governo passado? Que medidas foram adotadas no atual governo para melhorar a fiscalização? Foram contratados novos fiscais?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Eu disse, aqui – inclusive, Deputada, eu queira agradecer a sua pergunta –, na minha introdução, que o diretor-geral à época chegou a renunciar a essa fiscalização do sistema de bilhetagem automática, que estava sob a responsabilidade da Fácil. Portanto, no governo anterior, não havia qualquer tipo de fiscalização, e nós passamos a fiscalizar no momento em que assumimos o SBA, naquela decisão corajosa do governador, em meados de 2011, ainda no primeiro ano do governo.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Obrigada.

Segunda pergunta: os problemas operacionais hoje existentes são frutos da atual gestão ou decorrem dos desmandos e dos desmantelamentos, como o senhor falou no início – a terra arrasada –, advindos dos governos anteriores?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Quando nós chegamos ao DFTrans, Deputada, eu tinha uma ideia dos problemas do transporte coletivo. Uma ideia vaga, uma ideia bastante superficial, na medida em que, no período de transição, a equipe de transição do Governo Agnelo obteve poucas informações. As informações não eram repassadas, porque elas estavam sob o controle das empresas, através da Fácil. De modo que houve um sucateamento deliberado não só do transporte coletivo em geral, com uma frota velha, sem integração, um serviço de péssima qualidade, ou houve deliberadamente um sucateamento do órgão gestor que nós começamos a recuperar a partir da assunção da Fácil, em 2011.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Terceira pergunta: quais as garantias que o DFTrans está tomando para evitar que possíveis irregularidades relacionadas com o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	46

sistema de bilhetagem automática não sejam transferidas para o novo sistema de transporte coletivo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós estamos licitando o novo sistema de bilhetagem automática e, nessa licitação, estamos colocando uma série de condicionantes de limitações que terão que ser asseguradas para primeiro garantir a manutenção de benefícios que estão previstos em lei, como os benefícios das duas gratuidades, dos portadores de necessidades especiais e dos estudantes, como também assegurar o uso devido, o uso regular do vale transporte, dos outros produtos existentes no transporte coletivo. Hoje nós temos uma bilhetagem muito aquém daquilo que gostaríamos. A bilhetagem atinge aproximadamente 55%, envolve 55% dos recursos movimentados no sistema, 45% dos recursos são movimentados em dinheiro dentro do ônibus, inclusive isso é um fator de insegurança, que tem gerado ainda assaltos dentro dos ônibus. Então, essa medida do Governador de introduzir, no âmbito da licitação, a integração vai permitir um salto significativo, para que possamos retirar dinheiro de circulação e fazer com que todos os passageiros ou a grande maioria utilize o cartão, até porque ele será beneficiado pela integração.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Quarta pergunta: a Lei nº 2.661, de 2001, transferiu para o sindicato das empresas a receita de 4% sobre as passagens do transporte coletivo que originalmente eram destinadas à fiscalização do sistema. O senhor tem conhecimento dessa situação e se esses recursos continuam sendo repassados para o sindicato das empresas?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não. No primeiro mês que assumimos o DFTrans, nós interrompemos esses pagamentos, até porque havia um descompasso. Nós não tínhamos ainda assumido a Fácil. As despesas eram arcadas diretamente pela Fácil, com a retenção desses valores e o pagamento de eventuais discrepâncias que havia nas prestações de contas. Nós fizemos uma auditoria e identificamos inclusive uma conta milionária que está sendo cobrada da antiga Fácil, exatamente porque ela reteve além daquilo que ela efetivamente prestou contas. Portanto, esses recursos nunca mais...do período de janeiro, quando assumimos, até junho, quando houve a assunção da Fácil, nenhum desses valores foram repassados às empresas, todos eles foram obstruídos.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Exatamente porque eu sou absolutamente contrária a que se entregue o galinheiro para as raposas, eu acho que esse sistema Fácil era a coisa mais absurda, inaceitável, antirrepublicana e corrupta que podia acontecer na face da terra. Então, a minha pergunta seguinte tem a ver com isso, porque acredito que não é possível que se entregue para as empresas o controle do sistema, como também não é admissível que mecanismos que não sejam objetivos sejam aplicados, favorecendo toda a sorte de descontrole e até mesmo de corrupção. Então, a pergunta seguinte tem a ver com isso.

Eu quero que o senhor explique para todos nós aqui qual é a mecânica para concessão de benefício de passe livre IPNE e quais são os mecanismos para que não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	47

haja nenhum tipo de corrupção do tipo que já foi visto aqui, em que 27 mil cartões foram tirados de circulação e ninguém reclamou. Ou seja, evidência clara de que 27 mil pessoas tinham cartões indevidos. Tinham cartões por alguma relação que não o direito que tinha o indivíduo de ter o benefício do passe livre. Estou falando de direitos. Então, como fazer com que os direitos sejam assegurados a quem realmente tem esses direitos e não outro tipo de relacionamento que favoreça a prática de corrupção. Então, a pergunta é a seguinte: qual o mecanismo e que controle está sendo objetivado pelo DFTrans no sentido de impedir essa subjetividade e que, de fato, os controles sejam objetivos e impessoais.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – O cadastro dos estudantes, Deputada, que está sob a responsabilidade do DFTrans é feito diretamente pelos nossos postos de atendimento. Os estudantes têm que apresentar a documentação exigida por lei, que é o seu comprovante de residência, comprovante de que está devidamente matriculado, endereço da escola. A partir daí, o sistema gera o benefício e o estudante pode, em dez dias, recolher o cartão em um dos postos do DFTrans. A partir desse momento, hoje inclusive, já implantamos - foi um avanço na nossa bilhetagem – a recarga embarcada.

Antigamente os estudantes, vocês se lembram das enormes filas que se faziam na Fácil. Hoje não temos mais notícias de filas no sistema de bilhetagem automática, exatamente porque as escolas já comunicam com frequência a frequência dos alunos. Esse é um mecanismo que, inclusive, estamos aperfeiçoando para receber – a Secretaria de Educação não teve condições ainda de fazê-lo – essas informações eletronicamente todo o mês. E o estudante gera o crédito na primeira viagem que ele faz todos os meses. Ele gera o crédito e já debita a primeira passagem. Com isso, ao longo do ano, ele não tem necessidade de ir a nenhum posto do DFTrans, desde que ele continue sendo devidamente, desde que chegue ao órgão a informação de que ele continua sendo devidamente matriculado naquela escola. Então, esse é o mecanismo de controle que nós temos na concessão do passe-livre, cujos limites estão estabelecidos na lei. Há todo um movimento para a concessão do passe-livre de forma irrestrita, há uma luta, na verdade, da juventude, dos estudantes com esse objetivo, mas precisaríamos mudar essa lei no Distrito Federal.

Mas eu quero registrar que o Distrito Federal talvez seja a única unidade da federação que paga integralmente esse benefício ao estudante aqui no Distrito Federal, de qualquer modalidade, seja estudante da escola pública, seja estudante de escolas particulares desde que eles comprovem que estão matriculados devidamente, que moram há mais de um quilômetro da escola, eles são atendidos pelo benefício, quantas viagens forem necessárias para o deslocamento. Talvez até seja por isso que aqui não tivemos manifestações com tamanha intensidade como tivemos em outras regiões do país, porque aqui o passe-livre estudantil já é uma realidade, graças a uma lei aprovada por esta Casa, que teve a sensibilidade, a partir de uma iniciativa do Governador Agnelo Queiroz, de universalizar o benefício do passe-livre estudantil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	48

Em relação aos portadores de necessidade especial, esse cadastro continua sob a responsabilidade da Secretaria de Justiça e Cidadania. E nós emitimos os cartões, a partir das informações que chegam ao sistema de bilhetagem automática. A Secretaria nos remete essas informações através de dois relatórios. Um relatório pela via eletrônica e um relatório pela via em papel onde há o protocolo. E nós passamos a fazer, porque houve algumas disparidades entre o que se era emitido pelo meio eletrônico e em papel. Fazemos essa conferência e passamos a emitir os cartões para os portadores de necessidade especial.

Os limites são aqueles estabelecidos em lei e hoje nós já parametrizamos, já colocamos uma nova sistemática, inclusive na catraca eletrônica, que o estudante não pode usar além daquele limite que lhe é concedido, para que ele possa efetivamente garantir o seu deslocamento até a escola e vice-versa, e garantir o objetivo do benefício, assim como os portadores de necessidade especial. Hoje já existem esses limitadores e, a partir daquelas viagens feitas, o próprio sistema trava e a pessoa não consegue mais utilizar o cartão.

Eu queria aproveitar a oportunidade para falar, inclusive me remetendo à pergunta anterior da Deputada, de todas as providências que adotamos no SBA para efetivamente garantir a moralidade na concessão desse benefício. Nós fizemos, a partir de 2011, o cadastramento dos estudantes diretamente pelo DFTrans, o que não era feito; fizemos a celebração de um convênio, inclusive na época com o Exército Brasileiro, para poder garantir a digitalização e a atualização dos dados dos estudantes. Fizemos uma força tarefa na época. Suspendemos os pagamentos da Fácil, regularizamos, em janeiro de 2011, o repasse da taxa de até 4% ao DFTrans, iniciamos a fiscalização dos pagamentos viários, anulamos o convênio celebrado entre a Fácil e o DFTrans e a assunção dos serviços delegados à Fácil, iniciamos o trabalho de auditoria do sistema de bilhetagem, que é uma auditoria permanente, celebramos contratos para a comercialização de bilhetes eletrônicos, contratos para a locação das lojas e os contratos de fornecimentos dos serviços básicos de energia, telefone e água.

Celebramos ainda os contratos emergenciais para a manutenção do sistema, Links, Datacenter etc, que estão sendo transferidos para a Seplan, iniciamos estudos para a migração da infraestrutura de TI para a Secretaria de Planejamento. Isso foram medidas que adotamos desde que houve a assunção da Fácil.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Por último, a seguinte pergunta: Eu saudei o governo quando ele tomou o controle do Grupo Amaral. Entretanto, tenho uma grande preocupação e procuro todo o tempo monitorar isso. O governo está investindo para inclusive recuperar os ônibus, para que as pessoas tenham a possibilidade de utilizar o transporte coletivo com o mínimo de decência e de segurança.

Entretanto, eu pergunto: é possível assegurar que esta iniciativa não está favorecendo o Grupo Amaral, que terá, portanto, os seus ônibus consertados, com pneus novos, etc.? De que maneira o Estado está salvaguardando o interesse público



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min.	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	49

e não está ajudando a recuperar uma empresa que, notoriamente, estava destinada à falência na medida em que participou do processo de licitação do Distrito Federal?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Já há abertura, Deputada, de um processo administrativo para fazer o encontro de contas entre aquilo que foi efetivamente investido e a devolução (...) (falha na gravação) (...) Grupo Amaral. Nós interrompemos a operação do Grupo Amaral agora... Na penúltima semana, os últimos ônibus que rodavam em Planaltina já foram desativados. Portanto, já houve a desativação operacional do Grupo Amaral.

Agora estamos fazendo, através de uma comissão que foi constituída a partir da presidência da TCB, que teve o papel operacional nesse período, foi fundamental para garantir o serviço àquela população... Nós não tínhamos outro mecanismo.

A senhora levanta preocupação em relação aos investimentos feitos a uma empresa... (falha na gravação.) Isso foi levado em conta na decisão do governador de fazer assunção do Grupo Amaral, até porque não é papel do governo operar diretamente empresa de ônibus. Pelo menos não é isso que está colocado hoje na agenda do governo, operar diretamente com a empresa de ônibus. Mas ali nós não tínhamos outra alternativa.

Nós, para fazer um contrato emergencial para substituir uma cooperativa que tinha oitenta ônibus, tivemos muita dificuldade, porque já estava aberto um processo licitatório. Não havia interesse nem de operadores locais que tinham frota, muito menos de operadores de fora do Distrito Federal em vir aqui contratar gente, contratar trabalhadores, alugar garagens, investir e ficar, durante seis meses, em operação. Não havia nenhuma condição, interesse nenhum. Tanto é que nós demoramos, e muito, para fazer um contrato emergencial para substituir aquela cooperativa que faliu em Planaltina. Eram oitenta ônibus. Nós só conseguimos substituir a metade. E tivemos que fazer um reforço através da assunção do Grupo Amaral.

Então, vocês imaginem: se nós já estávamos com dificuldade de substituir uma empresa que tinha falido, que operava com oitenta ônibus, imagine duzentos ônibus! Na verdade, o Grupo Amaral, quando... (falha na gravação) ...estava operando com quase quatrocentos ônibus! E, no momento da intervenção, eram menos de duzentos ônibus! Por isso que o serviço foi caindo de uma maneira realmente aguda, deplorável, especialmente na região norte da cidade, onde o Grupo Amaral operava. Não restou outra alternativa.

E agora vamos fazer o encontro de contas e inclusive ajuizar as ações que forem necessárias para recuperar os valores que foram investidos. E só foram investidos valores relativos à recuperação de carros que eram indispensáveis à operação, à prestação minimamente do serviço naquela região, como também itens relativos à segurança do próprio passageiro – pneus, peças, freios. Nós encontramos uma frota de 170, 180 carros num estado realmente deplorável, num estado de degradação total. E tivemos que efetivamente fazer algum investimento. Mas foi a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	50

única alternativa que restou para a manutenção do serviço à população, principalmente da região norte da cidade.

Agora vamos fazer um encontro de contas. O inventário foi feito logo que assumimos. Tudo foi inventariado, fotografado, notificado, inclusive aos órgãos competentes. E agora faremos um novo inventário, a prestação de contas e a entrega da empresa aos seus legítimos donos, com as ações judiciais que forem necessárias para recuperar os valores investidos.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Muito obrigada.

Era somente isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Passo a palavra agora ao Deputado Wellington Luiz para que faça suas perguntas.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, Dr. Campanella.

Vou fazer perguntas bem objetivas e isentas de qualquer tendência, até porque eu acho que esta é a oportunidade que se tem de esclarecer todas as dúvidas que foram suscitadas através de denúncias, através da imprensa. E esta comissão preza exatamente por isto: oportunidade do contraditório, da defesa, do amplo direito. E é importante, então, que as pessoas ouçam, com bastante atenção, tanto as perguntas quanto as respostas.

A primeira: a atual comissão de gestão do SBA é provisória ou permanente, Diretor?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Ela é provisória, até porque nós estamos discutindo como vamos resolver o sistema de bilhetagem no novo DFTrans. Nós teremos, por exemplo, daqui para frente, uma central de controle operacional. Já temos, inclusive, uma central de controle operacional provisória, já monitorando parte da frota nova que está chegando.

Essa central de controle operacional é uma coisa nova para o órgão. Portanto, nós teremos que discutir também como organicamente o CCO, que nós chamamos de Central de Controle Operacional, vai se situar na nossa estrutura orgânica.

Então, da mesma maneira, nós estamos tratando o sistema de bilhetagem automática nessa nova realidade que estamos vivendo, e há uma discussão interna, ainda, sobre o novo regimento do DFTrans, que vamos submeter ao Governador no momento certo.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado.

Os servidores de carreira que compõem essa comissão foram, de fato, substituídos por terceirizados ou comissionados?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	51

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não. Não houve esse...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não há, não é?

As atividades de gestão desenvolvidas junto ao SBA foram absorvidas pelas unidades orgânicas do DFTrans, criando uma estrutura quase independente do órgão, para gerenciar o funcionamento desse sistema, do SBA?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, não há estrutura independente. O SBA tem uma sintonia permanente com todas as áreas do órgão. Na questão dos créditos, dos pagamentos que são gerados, eles têm uma sintonia com a Diretoria Financeira. Na questão do cadastro, os veículos têm uma relação com a Diretoria Operacional. Na questão relativa a soluções de TI, eles têm uma relação com a nossa Diretoria de TI, e assim sucessivamente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado.

Como se encontra a relação contratual com os prestadores de serviço do SBA?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Eu acho que já respondi essa questão. A única empresa, hoje, que não tem cobertura contratual é a Transdata, por conta desse conflito. Inclusive nós estamos tomando as medidas judiciais para assegurar o serviço até a conclusão da licitação, que deve ocorrer brevemente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Então, há relações que não possuem cobertura contratual. O senhor também já respondeu nesse caso, não é? Por qual motivo também.

Por que a Diretoria-Geral do DFTrans deu início a um processo de restrição das atividades de auditoria fiscal? Se é que deu.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, nós nunca restringimos. Houve uma interpretação, à época, de que isso foi feito, mas não houve restrição. Houve exatamente o objetivo de buscar essa sintonia fina entre a fiscalização e a gestão. E isso era fundamental no momento de transição que estávamos vivendo. Nós, a Diretoria Colegiada e a Diretoria-Geral, não poderíamos ficar apartados desse processo fiscalizatório, especialmente nesse momento de transição muito difícil, pelo qual ainda estamos passando e necessitando que a fiscalização esteja cada vez mais integrada às ações gerais do órgão.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Como se encontra a relação contratual com os prestadores de serviço do SBA? Há relações que não... Não. Desculpe-me. Isso já foi feito.

O DFTrans realiza controle sobre as informações inseridas no SBA pelos operadores?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não entendi, Deputado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O DFTrans realiza controle sobre as informações inseridas no SBA pelos operadores?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	52

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Que tipo de informação?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Informações gerais, pertinentes ao...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Cada um, na sua área específica, sim.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ok.

Considerando o ingresso de novos concessionários no STPC-DF, advindos do processo licitatório recente, e a baixa qualidade do serviço prestado pela operadora Cootransp (Grande Brasília) na região de Planaltina, qual a justificativa encontrada para a nova contratação emergencial dessa operadora mediante dispensa de licitação para prestação do mesmo serviço?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Necessidade de atender à população daquela cidade. É importante que se diga o seguinte: a lógica dessa licitação é que está obedecendo a um primeiro passo, que é a renovação da frota. Hoje nós estamos trocando frota velha por frota nova. Nós não estamos ainda implantando uma nova sistemática operacional. Essa nova sistemática operacional está sendo construída pelo DFTrans junto com a Secretaria de Transportes e a Consultoria Especializada que atendeu, que acompanhou e que foi contratada para acompanhar a Secretaria de Transporte nessa questão do novo sistema.

Portanto, nós temos aí uma... Com o novo sistema, certamente nós vamos racionalizar muito mais o serviço. Com a racionalização do serviço, certamente nós vamos ter condições de reduzir um pouco a frota, até porque vai haver a integração. Essa é a nova lógica que vai ser implantada. Até a implantação dessa nova lógica, o quantitativo de frota não pode cair. Se o quantitativo de frota cair, nós teremos a redução do nível de serviço. Então, nós temos de manter pelo menos a mesma quantidade de frota rodando.

Esse contrato emergencial foi feito novamente exatamente para atender à população de Planaltina. Não tínhamos outro mecanismo, até porque foi a última bacia licitada.

Tivemos alguns problemas na Justiça que, felizmente, foram superados. O contrato foi assinado, os ônibus na região já começaram a chegar. Chegaram, inclusive, em número ainda insuficiente para poder renovar toda a bacia. Mas o primeiro lote de ônibus que chegou, nós já fizemos a primeira medida que foi desativar a operação do Grupo Amaral. Achamos por bem priorizar a desativação do Grupo Amaral, até porque é uma empresa privada, sobre a qual havia uma assunção, como disse anteriormente, e nós precisamos fechar essa conta e entregar a empresa para os seus donos.

O próximo passo será a substituição das empresas que operam em caráter emergencial e aquelas que operam em caráter precário sob a guarida do decreto governamental que foi publicado à época da licitação.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	53

Esta é uma das denúncias que chegou para nós deputados, Diretor, e gostaria que o senhor nos ajudasse a responder isto: existem ou existiram divergências entre os registros cadastrais de beneficiários de gratuidades subsidiados por recurso público que deram causa a danos excessivos ao Erário?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA - Todas as denúncias que chegaram foram apuradas pela nossa auditoria. Já disse anteriormente: nós tomamos as providências cabíveis. A nossa auditoria é permanente nesse sentido. E implantamos os controladores para garantir o uso do benefício conforme determina a lei.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Então, o senhor já adotou as providências para que as irregularidades sejam sanadas?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA - Sim, com certeza.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Há alguma relação entre a contratação de servidores terceirizados, em especial para a prestação de serviços junto ao SBA, e uma estratégia de filiação dos mesmos ao PPL?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Poderia repetir, Deputado. Desculpe.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Existe alguma relação entre a contratação de serviços terceirizados, em especial para a prestação de serviços junto ao SBA, e uma estratégia de filiação dos mesmos ao PPL?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, Deputado, eu já tive oportunidade de me manifestar sobre a questão. Agradeço a pergunta, porque me dá a oportunidade de esclarecê-la definitivamente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sem dúvida.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós fundamos um partido ao qual V.Exa. pertenceu e sabe muito bem os métodos de trabalho do nosso partido. Nós não oferecemos emprego em troca de filiação partidária, nunca fizemos isso. Aliás, a minha trajetória política não permite isso, a minha consciência não permite isso e o meu partido não permite esse tipo de uso da máquina para filiações. Aliás, não permite, não fazemos, nem queremos. As pessoas que se filiaram ao PPL, filiaram – se consciente e voluntariamente. Portanto, essa pergunta tem de ser endereçada às pessoas que se filiaram. Nenhuma delas se filiou por esse tipo de favorecimento. Se elas se filiaram, foi por um encaminhamento absolutamente equivocado que não faz parte da condução do nosso partido; muito pelo contrário.

E mais, a responsabilidade da contratação dessas pessoas por essas empresas terceirizadas não é do DFTrans, é da empresa contratada. Se as pessoas aderiram posteriormente ou anteriormente ao PPL é um problema de consciência delas, de ato voluntário delas e não por alguma imposição ou coisa do tipo. Eu já disse que em relação aos cargos comissionados – politicamente é algo justo e legítimo a ocupação de cargos comissionados por pessoas desde que tenham o perfil técnico e cumpram a sua jornada de trabalho – isso é algo absolutamente razoável e legítimo nos espaços públicos. Mesmo esses, eu já tive a oportunidade de informar,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	54

de esclarecer à Comissão que temos, nos cargos comissionados do DFTrans, apenas 14% de funcionários filiados ao PPL, o que é uma prova cabal de que nós não temos esse tipo de prática. Muito pelo contrário, provavelmente devemos ter mais comissionados de outros partidos do que filiados ao meu partido.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Faço questão de registrar que me filiei ao seu partido por conhecer e respeitar a sua história.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA - Exatamente. Obrigado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu me acostumei a chamá-lo de presidente e vou chamá-lo dessa forma, se me permite.

Há outra denúncia, Presidente-Diretor, que se refere à questão da carga embarcada que, para muitas pessoas, é uma incógnita. O senhor tem condições de explicar de forma objetiva, em poucas palavras, o que é a carga embarcada?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – A carga embarcada é um mecanismo, que implantamos no sistema de bilhetagem automática, que permite ao estudante que permite ao estudante receber o crédito da passagem no momento em que ele zera o seu crédito ao longo do mês, na primeira passagem, no primeiro dia útil, quando ele vai utilizar o seu cartão, ele recebe o seu crédito automaticamente. A partir do momento em que a sua escola fornece a informação de que ele está devidamente cadastrado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O senhor considera eficiente a fiscalização?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Extremamente eficiente e há um benefício ao estudante que não tem necessidade de ir a um posto do DFTrans. Nós precisamos aperfeiçoar, confesso que precisamos aperfeiçoar e vamos aperfeiçoar com a contratação da nova empresa de bilhetagem, bem como com essa conclusão desse entendimento com a Secretaria de Educação para que ela nos forneça, por via eletrônica, as informações relativas aos estudantes matriculados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Existe uma comunicação formatizada e eficiente entre o DFTrans e a Secretaria de Educação, já que há uma relação direta?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Hoje ainda não, mas estamos trabalhando para isso. Trata-se de uma questão que tem de ser resolvida no âmbito da Secretaria de Educação, mas já tive, tanto por parte do Ex-secretário Denilson, como do atual Secretário Marcelo, a manifestação do interesse total na implantação desse benefício.

Estamos inclusive estudando a possibilidade de o estudante fazer o cadastro no passe livre, no ato de matrícula na escola. Isso para o novo beneficiário. A secretaria da escola teria um sistema no seu computador, através do qual, o estudante ao mesmo tempo em que faz a matrícula já faz o seu cadastro no passe livre estudantil e recebe o cartão em casa. Tudo isso são avanços que estamos estudando para atender a esse imenso público de estudantes que é atendido pelo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	55

passa livre estudantil e são instrumentos que permitem um controle mais rigoroso do benefício.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Durante as férias regulares, os alunos estão autorizados a se utilizar desse benefício?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Durante o período das férias, os estudantes utilizam, porque algumas práticas pedagógicas permanecem e os créditos remanescentes podem ser utilizados para que eles possam também se utilizar do benefício e se deslocar até a escola em período de estudo, de escola, em alguma atividade extracurricular, enfim que algumas escolas às vezes mantêm em períodos de férias.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Se não há essa comunicação hoje eficiente - o senhor bem colocou - e se está buscando corrigir, como se fiscaliza quem tem alguma atividade durante esse período? Como é feito então?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Essa é uma limitação. Eu confesso ao Deputado que essa é uma limitação que precisamos corrigir. Nós ainda não demos conta de fazer isso. Há um movimento muito forte para que os estudantes tenham o direito ao passe livre de forma irrestrita, porque educação não é apenas escola, educação é teatro, educação é música, educação é um conjunto de atividades, é biblioteca, é se deslocar para uma biblioteca, por exemplo, enfim nós ainda não restringimos isso no período de férias e achamos que temos de rediscutir essa questão, para verificar realmente se é o caso de uma restrição dessa natureza.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O senhor tem a estimativa de quanto foi gasto, por exemplo, nas férias de julho agora, durante as férias de julho, com esse programa?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, de cabeça eu não tenho, Deputado, esse valor.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – A implantação do programa da carne embarcada foi precedida de avaliação, com certeza, programação, planejamento prévio sobre os benefícios do programa para a comunidade escolar?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, com certeza. Aliás, fizemos isso concomitantemente com as administrações regionais, com os comitês de transporte, que foi outra conquista importante que consideramos neste governo, que foi a reativação dos comitês de transporte, com a participação inclusive de estudantes, representantes da juventude nestes comitês. Reativamos o Comitê dos transportes do passe livre que têm inclusive reuniões sistemáticas para discutir o aperfeiçoamento da lei do benefício do estudante. Isso foi feito região por região e considero que foi um avanço importante para a moralização e o controle, bem como a garantia da concessão do benefício.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O senhor sabe informar quanto custou a implantação desse programa?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	56

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – A implantação desse programa foi feita no âmbito do contrato emergencial que tínhamos com a empresa que prestava contratualmente serviços ao DFTrans, que era a Transdata. Portanto, estava no bojo desse contrato.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Mas o senhor lembra o que seria mais ou menos o custo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, foram vários produtos solicitados à empresa na época, limitadores de portadores de necessidade especial, limitadores do uso do passe livre estudantil e outras funcionalidades que eram necessárias para esse controle. Portanto, eu não tenho, eu tenho o custo total do contrato, eu não tenho o custo específico desse... até porque é um contrato na área de tecnologia, onde a empresa tinha a obrigação de nos fornecer todas as funcionalidades solicitadas para aquele atendimento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Eu insisti porque, como eu recebi uma denúncia, não sei se foi levada a outros Deputados, acredito que sim, de que isso teria custado 30 milhões, só a implantação.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – É uma denúncia absolutamente inverídica.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ok.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Aliás, é a primeira vez que eu ouço isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É... (Risos.) Por isso mesmo que eu fiz questão...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Com 30 milhões nós vamos implantar todo um novo sistema de bilhetagem automática, central de controle operacional, e vai custar muito menos do que isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Dentro do meu senso de responsabilidade, fiz questão de fazê-la para que o senhor pudesse, então, justificar o que de fato aconteceu e quanto isso custou. Apesar de eu não ter dito quanto custou, em função de estar no bojo...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – O contrato todo ficou algo em torno – o Samuel está me lembrando – algo em torno de dois milhões. Foi o contrato total de prestação de serviço ao longo de seis meses.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Perfeito. Obrigado.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Um pouco mais que isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Qual a fonte de custeio de recursos que foi utilizado para adimplemento do pagamento de custo da implantação do programa? Quais os recursos? De onde vêm? Qual a origem?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	57

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Do programa? Qual programa?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Desse programa da (inaudível).

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – São recursos do próprio DFTrans, que estão no nosso orçamento para atender a essa área de bilhetagem. São recursos previstos no nosso orçamento.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Esta minha pergunta aqui, o senhor já me respondeu: como está sendo atestada a frequência? O senhor reconhece que há uma fragilidade e que precisa ser corrigida, não é isso?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – No período de férias, nós ainda não adotamos uma providência em relação a essa questão específica do controle dos estudantes. Posso garantir que há uma redução dos custos em razão da redução natural do número de estudantes que circulam nesse período.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Mas nos demais meses...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – A lei não prevê isso. A lei, efetivamente, não faz previsão sobre essa questão do período das férias. Ela não excepcionaliza o período das férias.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ok. Mas, nos demais meses, o senhor considera que essa frequência consegue ser atestada pelo DFTrans?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Sim, até porque ela se mantém dentro de valores que são bastante uniformes.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Mas não são números objetivos?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, porque nós pagamos os operadores em função do estudante transportado. As planilhas são geradas no SPA, o estudante passa o seu cartão. Ao final de quinze dias, nós pagamos quinzenalmente as empresas, tanto a gratuidade do estudante como a gratuidade do deficiente físico. Então, isso é apurado a partir das informações que vêm do TDMAa, nosso sistema de bilhetagem. Porque há uma divergência em função do número de estudantes e de deficientes transportados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Desculpe-me pela ignorância, mas no caso, por exemplo, daqueles alunos que a gente sabe que - infelizmente isso acontece nas comunidades mais carentes – acabam abandonando a escola durante o ano. Como funciona? Continua pagando? Se ele não informar, já que não há essa comunicação.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, inclusive nós desabilitamos algumas escolas que não estavam nos fornecendo as informações. Houve casos, inclusive, de escolas desabilitadas.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Como o senhor consegue descobrir que a escola não está...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	58

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, porque o SBA recebe ou não as informações. Temos que receber...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – E quando não as recebe?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Quando não recebe, nós notificamos e, ao não continuar recebendo, esses cartões são bloqueados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Então, de fato, há uma fragilidade nessa fiscalização.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – A fragilidade eu atribuo à necessidade de a gente implantar um sistema informatizado. Há escolas, por exemplo, que não têm condições de manter essa informação pela via eletrônica. Isso precisa ser feito. É esse o trabalho que estamos procurando fazer, primeiramente, com o sistema público de educação, com a Secretaria de Educação, que abrange o universo maior de estudantes beneficiários. Vamos também buscar, depois, as próprias escolas particulares, onde temos, também, muitos alunos beneficiados pelo passe livre.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não estou aqui acusando o DFTrans ou a Secretaria de Educação, mas se há falha nessa comunicação, o Estado está gastando os recursos públicos de forma ineficiente, obviamente, porque os recursos são públicos, já que esse aluno pode não estar na sala de aula, e o Estado está custeando um aluno que não está na sala de aula. O senhor reconhece isso?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Hoje, quem atesta a frequência do estudante é a Secretaria de Educação, é a escola. No momento que ela atesta, temos que... Até porque somos todos do mesmo Governo, temos que acreditar nas informações que vêm. E não tem havido muita disparidade. Tem melhorado muito essa comunicação entre o DFTrans e a Secretaria de Educação no controle dessa gratuidade. Mas precisamos melhorar mais. E a melhora definitiva virá com o envio mensal do cadastro eletrônico dos estudantes.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Tem que haver muito zelo, porque realmente é algo muito subjetivo a questão da continuidade do aluno na sala de aula.

Qual o impacto financeiro do programa para os cofres públicos?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Hoje, a gratuidade representa algo em torno de 17% total do sistema, algo em torno de dez a doze milhões por mês o governo gasta com essas duas gratuidades, variando em função do número de beneficiários transportados.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O senhor tem uma estimativa de quanto custa a carga embarcada na zona rural e na zona urbana?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Quanto custa a carga embarcada?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Isso. São separadas, não são?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	59

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não tem custo nenhum. Para o Estado foi uma coisa só que nós fizemos, até porque, é uma coisa importante, os ônibus da área rural no Distrito Federal não tinham – o Deputado Joe Valle, que é do segmento, sabe disso – não tinham o validador. O deficiente físico do Núcleo Rural, ou ele tinha o dinheiro ou ele não entrava no ônibus. Então, nós implantamos os validadores eletrônicos, as catracas eletrônicas em todos os carros. E a carga embarcada, inclusive, nós começamos a fazer a carga embarcada pela área rural, exatamente porque são os estudantes mais carentes do Distrito Federal.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – O senhor está me dizendo que não tem, para fins contáveis, essa diferença?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – É um valor só, tanto para rural como urbana é computado em um valor só?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Depende. V.Exa. está falando em relação à tarifa? Depende da tarifa que é praticada. A tarifa da área rural é uma; a tarifa da área urbana é outra. O estudante é atendido naquela tarifa que é da linha de que ele necessita para o deslocamento até a sua escola.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Não, estou me referindo, Diretor...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Então, o custo da área rural certamente é menor, porque a tarifa na área rural é menor.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Exatamente. O que eu queria saber era exatamente isto: qual seria o custo – se o senhor tem essa estimativa de forma específica –, quanto custa na zona rural e quanto custa na zona urbana.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Na zona rural custa o correspondente ao número de estudantes vezes a tarifa da área rural. Na área urbana, o número de estudantes vezes...

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Esse valor o senhor não tem?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Tenho, eu posso fornecer. Não tenho de cabeça, mas tenho.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Claro, a ideia é exatamente... A fórmula, com certeza, a gente sabe que o senhor tem. A gente só precisaria saber quanto isso efetivamente custa: quanto está sendo gasto na zona rural e quanto está sendo gasto na zona urbana. Até para fins de transparência.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Posso garantir ao Deputado que todos os estudantes cadastrados da área rural são beneficiados, desde que estejam cadastrados no sistema, e todos da área urbana são beneficiados. Evidente que o número de estudantes na área urbana é muito superior.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Perfeitamente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	60

Existem atas ou documentos que atestem a discussão e aprovação, pela diretoria colegiada do DFTrans, do projeto Passe Livre?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA - Nós temos hoje um Comitê de transporte do passe livre que tem discutido permanentemente essas questões, inclusive nos Conselhos de Transportes, nos Comitês de Transportes existentes nas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Têm chegado muitas sugestões sobre essa questão do passe livre, inclusive o passe livre integral que seria para todo estudante ter direito de utilizar o transporte sem nenhum tipo de restrição.

Agora, essas sugestões estão sendo consolidadas e serão objeto de uma discussão nesta Casa inclusive, que tem a competência para fazer a alteração na Lei da Concessão do Passe Livre e no estabelecimento dos critérios para esta concessão.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Obrigado pela gentileza e pela objetividade nas respostas.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Pois não, Deputada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – V.Exa. me permite? Porque uma das perguntas do Deputado Wellington Luiz teve uma correlação com uma das perguntas que eu fiz e, portanto, sobreveio uma dúvida. Eu poderia só fazer esse complemento?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Pois não, Deputada.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu havia perguntado se o DFTrans havia tomado providências para fazer algumas modificações no sistema que é fornecido pela TDMax, para evitar essa discrepância de informações sobre veículos que não estão cadastrados e estão recebendo. Essa questão dos validadores, veículo operando em linhas diferentes e dentro do mesmo horário... E eu entendi que o Dr. Campanella respondeu que não havia pedido essas mudanças porque iria fazer uma mudança depois definitiva no sistema que fosse contratado *a posteriori*.

No entanto, o Deputado Wellington Luiz fez uma pergunta, e ele falou que foram vários pedidos de mudanças no início, e até havia uma mudança: o Deputado Wellington Luiz tinha uma ideia de que tinha custado um determinado valor e não foi esse.

Eu quero saber: por que algumas medidas e algumas providências foram tomadas para melhorar o cadastro e outras não?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, Deputada, várias medidas foram tomadas em relação ao cadastramento de veículos. O fato é o seguinte: carro não cadastrado não recebe. Ele simplesmente não recebe, ele não é remunerado.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – E veículo que recebe operando em duas linhas diferentes?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	61

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Quando nós identificamos isso, nós identificamos pelo sistema de bilhetagem, é automaticamente glosado e não é pago.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sim, mas se o sistema não permitir esse cadastro, não seria muito melhor? Não seria muito mais fácil do que gerar uma denúncia?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja que o sistema não permite. Quem faz o cadastro dos veículos é...

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Mas o sistema não tem os dados. Como eu relatei aqui na minha pergunta, você não está inserindo os dados dos carros. A vigência do contrato não está sendo inserida. O prefixo do veículo não está sendo inserido, assim como o chassi, a placa do ônibus e qualquer elemento que individualize o prefixo.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Todos esses dados estão no Sistema Integrado de Transporte, o chamado SIT, que é um outro sistema. O TDMax funciona em função do SIT. Então, tudo o que está no SIT, ele se apropria e faz a leitura daquilo que está efetivamente no SIT.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Então, há uma mudança em relação à resposta que eu obtive.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, talvez eu não tenha sido claro. Os carros efetivamente não cadastrados, esses não recebem, eles não são remunerados.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Os dois programas conversam?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Conversam, sim, entre si. Eles têm uma integração.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Terminada a fase em que os Deputados desta Comissão fizeram suas perguntas, eu passarei a palavra à Deputada Celina Leão, para fazer sua intervenção e as perguntas que couberem.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Inicialmente, eu gostaria de parabenizar o Deputado Joe Valle pela fiscalização eficiente, o papel fundamental desta Casa.

Quero aqui saudar algumas pessoas: o Jonas Lessa, que foi meu companheiro do PMN, não sei se está filiado ao PPL; o Iolando, que está aqui; a Jaqueline Silva e seu marido.

Esta Casa é uma casa que não pode se furtar do seu papel principal, que é fiscalizar.

Deputada Eliana Pedrosa, a última pergunta de V.Exa., é sobre isso que quero perguntar ao Campanella, é minha primeira pergunta. Sobre a questão das passagens aéreas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	62

Deputado Joe Valle, não entendo como função nem como objetivo do DFTrans o chefe de gabinete encaminhar a qualquer empresa que faça o sistema de transporte público no Distrito Federal, a um concessionário do serviço público do Distrito Federal, pedido de passagens áreas. Talvez, no meu entendimento, se fosse uma passagem rodoviária, cairia mais dentro do contexto do órgão.

Eu acredito que não é esse o objetivo daquele órgão, que é nosso órgão de controle, que rege o controle da fiscalização dos serviços públicos de transporte do Distrito Federal.

Na minha visão, não tenho como entendimento o pedido não só do chefe de gabinete, mas também de nenhum servidor público.

Se formos pegar o Código Penal, sobre o crime de corrupção passiva, ele diz o seguinte: "solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa para tal vantagem".

Eu tive o cuidado, Deputada Eliana Pedrosa, de dar uma olhada em toda a função do DFTrans e, em nenhum lugar, eu encontrei a finalidade de emitir passagem, seja para sindicato, para associação, para ninguém. Esse pedido oficial, contextualizado em forma de e-mails – aí tive o cuidado de pedir esses *e-mails*, que estão aqui em minhas mãos, os quais, depois, Deputado Joe Valle, quero encaminhar a esta Comissão –, eu acho algo gravíssimo e que foge, principalmente, da função original.

Eu queria perguntar ao Diretor Campanella se ele acha isto natural: uma empresa que deveria fazer a fiscalização de transporte pedir passagens áreas – e se foi com o consentimento dele – seja para que tipo de assunto for, filiados ou não ao PPL? Isso para mim não é o foco principal. Para mim o foco principal é o conflito de interesses desse pedido a um concessionário, a uma pessoa que lhe presta um serviço, que lhe deve obrigação. Então quero perguntar ao Diretor Campanella se ele acha que isso é natural e se foi com o consentimento dele ou não. É a minha primeira pergunta.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Deputada, o DFTrans não tem esse papel nem realiza esse papel. Realmente V.Exa. não vai achar isso na estrutura orgânica, no Regimento do DFTrans.

O Promotor Roberto Carlos Silva, da 1ª Promotoria de Justiça da Fazenda Pública do Distrito Federal, falando sobre esse assunto, disse o seguinte: "De imediato, esse caso mereceria pelo menos uma investigação para verificar se configura algum tipo de favorecimento". E é isso o que nós estamos verificando. Se houve, por exemplo, na época em que eventualmente esse atendimento foi feito, se houve favorecimento do Grupo Amaral, por exemplo, na fiscalização, se nós recrudescemos a fiscalização do Grupo Amaral, se nós modificamos alguma linha para atender o Grupo Amaral ou qualquer outro. Eu certamente devo ter encaminhado pedidos, não eu diretamente, porque isso não estava sob a minha



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	63

responsabilidade direta. E os Deputados sabem os pedidos que eles mesmos recebem e muitas vezes transferem para nós, pedidos de ônibus para idosos, para jovens, para igrejas. Nós recebemos centenas e centenas de pedidos. Nós sabemos que, infelizmente, o Estado ainda está muito ausente para atender as demandas, as deficiências da nossa sociedade. O Estado, o Estado como um todo, o Estado Nacional ainda está muito ausente e muitas vezes nós somos instados a resolver determinadas situações e esses pedidos são encaminhados, mas são encaminhados sem nenhuma correlação com qualquer tipo de favorecimento. Nós estamos fazendo um levantamento administrativo para ver se naquela época desse *e-mail* especificamente houve algum favorecimento do Grupo Amaral. Eles dizem que foram prejudicados em duzentos mil reais. Eu quero que provem. Eu quero que provem onde está o prejuízo de duzentos mil reais no Grupo Amaral por emissão de bilhetes para atender eventos de natureza sindical como foi esse caso.

Há uma queixa-crime contra o Sr. Valmir Amaral. O que eu não posso aceitar é que esse senhor possa levantar qualquer tipo de dúvida sobre a nossa postura à frente do DFTrans, porque ele não tem autoridade moral para isso. Foi o primeiro barão do transporte que nós derrubamos, graças à ação corajosa do Governador. Só nisso é a prova irrefutável, contundente, de que não houve qualquer tipo de favorecimento. Muito pelo contrário. Eu tenho certeza de que outros atendimentos foram feitos talvez beneficiando filiados de outros partidos políticos, mas não é isso o que está sendo levantado. O que está sendo levantado pelo Sr. Valmir Amaral é um caso específico, pontual. Não houve continuidade na emissão de bilhetes. Não há prova disso, prova nenhuma nesse sentido. O que há é um posicionamento revanchista por parte de alguém que não tinha responsabilidade nenhuma no exercício da sua função, que era operar e prestar um serviço de qualidade à população do Distrito Federal.

Se nós identificarmos nessa avaliação interna que houve algum favorecimento, algum beneficiamento do Grupo Amaral, aí sim poderemos tomar medidas mais contundentes em relação a esse pedido, que na época saiu da nossa chefia de gabinete, mas nunca houve orientação nesse sentido. Os pedidos são feitos. Inclusive, eu tenho dito sempre que os pedidos sejam endereçados a não permissionários. Quantas vezes nós tivemos que atender pedidos da nossa sociedade, buscando operadores privados, fretadores, donos de ônibus escolares, exatamente para não ter que pedir para permissionários do serviço público. Mas eu posso garantir para a senhora uma coisa: nunca houve beneficiamento de natureza pessoal nesses encaminhamentos e isso nós temos como provar. E certamente esse episódio é mais um episódio isolado, absolutamente isolado, que estão querendo utilizar para nos atingir e atingir o nosso governo, que está fazendo a maior licitação deste País em matéria de transporte público.

Esse senhor não merece nenhuma credibilidade, razão pela qual – repito – nós estamos entrando, entramos com uma queixa-crime, porque eu quero que ele prove que o governo promoveu essa intervenção no Grupo Amaral em função da suspensão de passagens. Eu quero que ele prove isso. O Sr. Valmir Amaral é um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	64

mentiroso, um mentiroso. E nós vamos processá-lo na Justiça, na Justiça. Ele vai pagar pelo que ele disse, por essa infâmia, por essa... algo que é difícil até a gente qualificar, mas ele é bem conhecido de V.Exas. em outros episódios, o que mostra bem o seu caráter.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Campanella, o DFTrans tem equipe técnica graduada, mestrada, especializada em serviço público de transporte, concursados? E esse grupo participou do processo de licitação do Distrito Federal?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, a licitação do serviço de transporte público, do STPC, esteve sob a responsabilidade da Secretaria, até por lei. A Secretaria é o órgão concedente. Foi ela que organizou e comandou todo o processo de transporte coletivo. No entanto, o DFTrans teve uma participação especialmente no oferecimento das informações. Informações técnicas são informações que principalmente o DFTrans tem, através, inclusive, do seu sistema de bilhetagem automática. Aliás, a assunção da Fácil foi o elemento determinante que mudou a qualidade inclusive da relação com os operadores e permitiu ao governo, inclusive ao DFTrans, subsidiar a secretaria de transportes nas informações que eram indispensáveis para a promoção dessa licitação. E tem um servidor de carreira que participou diretamente da comissão encarregada de promover essa licitação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – O senhor tem o nome do servidor?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Alessandro. Eu não sei o nome dele todo... Alessandro Barbosa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Esse é concursado do DFTrans?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Exatamente, que participou da comissão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Então, só para ficar bem claro, Sr. Campanella, somente ele do DFTrans que participou do processo licitatório?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. Foi. Foi-nos solicitado um representante e nós, à época, indicamos o Alessandro, até pela sua experiência na área de programação e de planejamento.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Campanella, eu estou aqui com um relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal que fala sobre as gratuidades, de 2010, de 2011, de 2009, e sobre o gerenciamento. Há um dado que me chama atenção sobre o aumento significativo das passagens de passe estudantil. Eu queria saber qual é o número de novos estudantes que ingressaram com esse benefício?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, Deputada, nós tivemos uma mudança na legislação a partir de 2011. Vamos lembrar aqui que 2011 foi um ano muito difícil, primeiro ano do governo. Nós iniciamos um processo licitatório para renovação de toda a frota. Nós tivemos que fazer a assunção da Fácil. O Governador Agnelo sofreu uma pressão muito grande dos operadores de então para aumentar a passagem, fazer um ajuste na passagem, a passagem estava congelada há cinco



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	65

anos, desde 2006, parece-me que foi o último reajuste da passagem. Ninguém acreditava que o Governador fosse capaz de segurar o valor da passagem.

E o meio pelo qual nós conseguimos superar essa questão, dar um fôlego ao sistema e impedir que houvesse aumento na passagem, que isso refletisse no bolso do passageiro, foi através do subsídio. O Governo remunerava um terço do subsídio do passe livre estudantil e passou a remunerar integralmente, três terços. Portanto, talvez o disparate nesses números seja relativamente a essa mudança, feita por esta Casa, inclusive, e que universalizou a gratuidade e, com isso, ampliou os valores. Antes nós pagávamos um terço, passamos a pagar integralmente as passagens dos estudantes.

Havia também uma pressão legítima por parte dos trabalhadores rodoviários no sentido de garantir a sua data base. As empresas de então, até em função da licitação que estava se iniciando, se recusavam a promover os acordos coletivos e essas duas leis, que universalizaram o benefício, tanto o passe livre estudantil, quanto dos deficientes físicos, permitiram também correlatamente que nós garantíssemos a data base dos rodoviários, essa categoria importante para o sistema de transporte público coletivo. Tanto é que os trabalhadores rodoviários tiveram, naquele ano, sem aumento de um centavo na tarifa, ganho real, assim como tiveram em 2012... Tiveram em 2011 ganho real, tiveram em 2012 ganho real, implantaram seu plano de saúde, exatamente, graças a essa decisão do Governador de assegurar o subsídio, de universalizar o subsídio. Então, esse valores, certamente, tem a ver com isso.

É a outra questão importante é que, a partir do momento que nós passamos a ter uma ação mais decisiva na concessão do controle do benefício, a partir do momento que assumimos o Sistema de Bilhetagem Automática, novos estudantes também se cadastraram, passaram a se cadastrar. Por exemplo, os estudantes da área rural não eram cadastrados porque não havia bilhetador eletrônico nos ônibus. Então, tivemos também um contingente de estudantes que entraram como beneficiários dessa gratuidade e que não eram beneficiários anteriormente. Eu não tenho dúvidas de que essas inovações que fizemos, como a carga embarcada, também, certamente, estimularam muitos estudantes a se cadastrarem, e não eram cadastrados anteriormente. E esse é um benefício fundamental, fundamental para a sociedade, você realmente induzir a presença escolar, tem esse objetivo a lei de garantir o fortalecimento da presença do estudante na escola, de modo que esses valores são valores que aumentaram em razão desses dois fatores que eu citei à Deputada: o fato de haver uma mudança no critério de pagamento de um terço para três terços e o fato de haver novos estudantes que ingressaram no sistema.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Diretor, eu gostaria de perguntar o seguinte: na época da intervenção feita no Grupo Amaral, já havia sido feita a licitação, o processo licitatório. Foi montado algum processo interno pelo DFTrans?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Processo em relação...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	66

DEPUTADA CELINA LEÃO – À intervenção.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, sim. O Samuel está lembrando que são 26 volumes que foram produzidos à época em razão da intervenção. Nós tivemos que subsidiar o Ministério Público, que à época coordenou, inclusive, o TAC para justificar o TAC num primeiro momento. Depois nós renovamos o TAC para ver se o Grupo Amaral tinha condições de cumprir as metas. Renovamos as metas, renovamos o TAC, mas infelizmente houve um descumprimento total e foram esses documentos produzidos internamente no DFTrans que subsidiaram e justificaram a ação do Governador, promovendo a assunção do Grupo Amaral e a requisição dos bens materiais e funcionais para a manutenção do serviço.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Campanella, eu fico um pouco assustada com essa questão dessa intervenção, e gosto de deixar as minhas coisas assim bem claras, porque o processo licitatório já havia acontecido. Nós sabíamos que já havia empresas que iriam operar aquele sistema de transporte, tanto que hoje todas as garagens do Grupo Amaral e todas as linhas já estão sendo utilizadas pelos novos concessionários da licitação. A minha pergunta é se o Estado não percebeu que, se ele segurasse dois meses sem fazer um investimento de 11 milhões numa empresa que ele não iria tocar, não iria cuidar, pois iria repassar esse serviço de uma forma muito rápida para outros prestadores de serviço... Se o senhor perceber foram dois meses de utilização, dois a três meses de utilização dessas bacias e das garagens. O que percebemos é que é um investimento alto, feito pelo Estado, talvez até um emergencial se fosse feito até que as linhas fossem concedidas pelos novos permissionários da licitação. Quero saber se foi feito um estudo financeiro, técnico-financeiro da possibilidade de já se entregar aos novos permissionários, a licitação já havia acontecido, ou se foi uma decisão de governo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, foi uma decisão de governo lastreada numa avaliação interna que fizemos à época, Deputada. A Deputada fala em 11 milhões que foram investidos nessa operação, 11 milhões ao longo de 8 meses...

DEPUTADA CELINA LEÃO – No primeiro investimento. Há mais. Há outros investimentos feitos. Agora deve estar chegando...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Houve outros investimentos e receita também. Estamos fazendo um encontro de contas para saber exatamente quanto que o governo gastou nessa operação.

Agora, eu pergunto qual o custo para a sociedade se nós tivéssemos simplesmente deixado o Grupo Amaral operando da forma que estava? As pessoas perdendo seus empregos, perdendo suas atividades, suas aulas, suas consultas médicas. Quantas reclamações chegaram que o ônibus não passou e as senhoras de idade perdendo a consulta... uma consulta que demorou um, dois ou três meses para marcar. É incalculável o custo social! Infelizmente, Brasília foi uma cidade



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	67

construída urbanisticamente para o carro e não para o ônibus, para o carro e não para as modalidades de transporte coletivo.

Só agora com este governo estamos conseguindo inverter essa lógica, dando prioridade ao transporte coletivo, com as faixas exclusivas, com o uso do BRTs, com VLT, com ampliação do metrô, com a prioridade ao transporte coletivo. As pessoas dependem brutalmente do transporte. Naquela região, principalmente, Planaltina, Sobradinho, especialmente Planaltina, Vale do Amanhecer, Arapoanga, Região das Estâncias, são pessoas muito carentes que precisam, não têm outro jeito de se deslocar e precisam de se consultar aqui num hospital público, precisam do emprego que está excessivamente centralizado, e só agora estamos dando contra dessa descentralização que é fundamental, é estratégico inclusive para a organização de um novo sistema de mobilidade urbana.

Então, como deixar essas pessoas naquela situação? Quando nós assumimos, Deputada, o Grupo Amaral operava com aproximadamente 400 ônibus, naquele momento chegou a operar com 180 ônibus e estava caindo de uma maneira assustadora o número de carros em circulação, além dos problemas de segurança para o passageiro. Nós tínhamos informação – inclusive nossa área de inteligência do Governo já estava atuando dentro do Grupo Amaral – de uma absoluta displicência, de uma absoluta falta de responsabilidade do grupo com a manutenção. A manutenção estava simplesmente abandonada.

Eu acho que Deus é brasileiro e é brasiliense, porque é impressionante: não tivemos nenhum acidente fatal nesses três anos de Governo com essa frota velha ainda circulando nas ruas, acidente fatal que gerasse morte dentro do ônibus. Nós tivemos acidente fatal envolvendo carros e outros ônibus que foram fatais para pessoas que estavam fora do ônibus. Dentro do ônibus, ninguém morreu nesses três anos. É impressionante. E nós não tínhamos alternativa emergencial. Nós já tínhamos dificuldade de substituir uma cooperativa que operava com oitenta ônibus. Só conseguimos emergencialmente, quase um ano depois, quarenta, porque ninguém tinha interesse em vir para cá, contratar trabalhadores – porque não havia outra forma de fazê-lo –, alugar garagens, comprar peças e equipamentos para operar até a licitação ser concluída.

E é importante que se diga o seguinte: a última bacia licitada é exatamente a bacia em que operava o Grupo Amaral, que foi a bacia norte, onde ela operava preponderantemente nas cidades de Planaltina e Sobradinho. Então, não restou. Seria uma total irresponsabilidade do governo se nós continuássemos aceitando aquela operação da forma que estava. E, além do mais, nós ainda demos uma chance para que eles pudessem recuperar a frota. Fizemos um TAC, renovamos o TAC na Justiça, esgotamos todas as possibilidades de resolver a situação, mas infelizmente o Governo não tem uma frota própria para atuar nesses momentos. Eu estou convencido – uma opinião pessoal – de que o governo deve ter uma empresa pública para operar nessas situações de emergência. Infelizmente, os governos anteriores sucatearam a TCB, praticamente acabaram com a TCB. Nesse momento,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	68

nós precisávamos da TCB. Se a TCB tivesse oitocentos ônibus, como teve no passado, era o momento de o governo poder atuar e resolver uma situação sem necessidade de fazer uma intervenção dessa natureza. Não é o caso. A TCB hoje opera com uma frota de 39 carros em razão de todo o desmonte que foi feito na empresa ao longo dessas últimas décadas.

Então, eu posso garantir para a senhora que nós não tínhamos alternativa, senão promover essa intervenção. E eu tenho certeza absoluta, vamos ainda fechar as contas, mas o custo financeiro dessa operação certamente vai corresponder ao custo social que seria incalculável se nós continuássemos operando daquela forma.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Campanella, eu gostaria de saber se, nesse tempo, enquanto vocês acompanhavam o processo do TAC, se vocês efetivamente tentaram publicar um emergencial o não. Ou se foi uma decisão de que estava difícil em outro lugar. Mas esse emergencial... não saiu um decreto no diário ou ele nem chegou a ser... nem tentaram essa licitação emergencial?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Nós tínhamos, inclusive em função dos emergenciais que fizemos para a cobertura da operação que era feita pela Coopatram, nós já tínhamos na Secretaria de Transporte aberto processos emergenciais onde não apareceram interessados.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Dessas linhas específicas do Dr. Valmir Amaral?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – De modo geral, não apareceram interessados, inclusive nessas.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Você tem a data da abertura desse processo?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não tenho de cabeça.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Então, eu gostaria depois de obter o encaminhamento da cópia dessa data.

Outra coisa que me preocupa, Campanella. Eu talvez seja a Parlamentar que tem acompanhado esse processo licitatório bem de perto. E, quando eu fiz a pergunta sobre os técnicos e sobre os gestores públicos se nós tínhamos pessoas capacitadas para participar desse processo licitatório, é porque eu vejo que o processo licitatório do Distrito Federal está todo contaminado: no conflito também de interesses, na figura de um advogado que é advogado de todas as empresas que participaram do certame. Isso, Campanella, cria uma instabilidade jurídica enorme. Ainda serão várias batalhas judiciais travadas, porque tem inclusive pedido, decisões tiradas no mérito de abertura de envelopes, até porque o preço que foi alcançado pela maioria das bacias foi a maior tarifa, inclusive com a quarta casa decimal: 27921. E isso dá certa preocupação para todos nós dessa prestação, dessa continuidade do serviço público, porque, quando se falava em 170 liminares vencidas, nenhum advogado tira uma liminar de dentro da cartola. Ele tira uma liminar de algo, de uma perda de um direito. E aquilo está sendo julgado. Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	69

acredito que isso vai ser julgado. Causa uma grande instabilidade para nós, para todos os usuários do serviço público, como um todo.

Eu fiz essa pergunta sobre os servidores porque a resposta da Secretaria de Transporte – o DFTrans é ligado, vinculado à Secretaria – era que aquele advogado configurava como um especialista em transporte público. Eu vejo que o DFTrans tem vários especialistas na área de transporte público. O que me preocupa também sobre esse processo da licitação é a redução da frota de 3.100 ônibus para 2.500 ônibus. Preocupa também o aumento – se não for subsidiado pelo governo – imediato das tarifas. A tarifa média hoje é 2,50, e a tarifa que foi alcançada é quase 2,80.

Então, eu queria saber se o DFTrans participou da elaboração técnica das bacias. Havia um pedido dos rodoviários para que o motor fosse traseiro. Sabemos que o motor traseiro é o dobro do preço. No primeiro edital, era o motor traseiro. Isso foi mudado, causando um benefício para os empresários e não para quem realmente vai usar o transporte público, nem para os rodoviários.

Então, percebemos uma distância, Campanella, entre o DFTrans e a Secretaria de Transporte. Não podemos ter uma licitação olhando o cidadão, se o DFTrans não tiver uma participação muito perto, muito presente. É ele que faz a fiscalização.

Nesse sentido, nós tivemos a vitória de dois grupos econômicos pertencentes à mesma família, que é o Grupo Constantino. Por coincidência, faz também a bilhetagem, que é a Transdata. Isso é vedado por lei. O art. 4º diz: “É vedado, na composição societária, direta ou indiretamente, a participação, na empresa operadora do sistema de bilhetagem automática, de membros ou empresas permissionárias, concessionárias ou autorizadas”.

Ora, como é que o Grupo Constantino faz as linhas, opera como fornecedor do serviço público e, ao mesmo tempo, ele se paga, ele é quem faz a bilhetagem? Nisso há um conflito de interesses. E é gritante! Mais de 60% dos acionistas são do Grupo Constantino. Se foi feito um emergencial, existem regras até para os emergenciais. A regra tem que ser cumprida inclusive nos emergenciais, para não haver esse conflito de interesses.

Eu queria saber se isso passou despercebido ou se isso era entendido. Há, neste governo, um benefício diretamente ligado ao Grupo Constantino, que ganha duas bacias. Esse ganho é contestado pelo Ministério Público. É bom falar que essa ação ainda não foi julgada. Essa ação ainda não foi julgada. Foi impetrada uma ação pelo Ministério Público que ainda não foi julgada, pelo conflito de interesses, por essas duas bacias terem tido o mesmo grupo econômico.

Eu queria saber a posição do DFTrans sobre isso e sobre o fato de o mesmo grupo econômico-financeiro fazer a bilhetagem. Como alguém vai se autofiscalizar?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Deputada, veja só: a posição do DFTrans é a posição do governo. A posição do governo é a posição que foi concluída pela Secretaria de Transportes. Nós participamos, através de um representante



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	70

nosso, do ponto de vista técnico, das discussões, da elaboração do edital e da configuração de todo o processo licitatório, como também participamos das discussões da modelagem desse edital. Parece-me que foi algo absolutamente fundamental para o novo sistema, para o novo serviço que nós queremos implantar. Nós não estamos licitando frota. É importante que se diga isso mais uma vez. Nós licitamos o serviço. E teremos, inclusive, condições de instar os operadores a colocar ou retirar carros de circulação, em função das necessidades da população, em função das pesquisas de origem e destino que vamos fazer com frequência.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Em emergenciais?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, não. Sem necessidade de emergencial. A licitação prevê que o detentor da bacia colocará ou retirará carros de circulação, em função do interesse da população identificada pelo órgão gestor. Se surgiu uma área nova dentro da bacia, o operador que ganhou aquela bacia tem obrigação de colocar os carros lá. E nós vamos determinar que isso aconteça. Nós não teremos necessidade nem de fazer uma nova licitação, nem teremos necessidade de fazer contratos emergenciais. É uma licitação que permite contratos de dez anos. Nós vamos apurar índices de qualidade, inclusive na prestação do serviço. Esses índices, inclusive, já estão sendo definidos tecnicamente pelo DFTrans, pelo Detran. São índices que vão apurar, por exemplo, pontualidade, número de passageiros transportados dentro do ônibus, a limpeza do veículo, enfim, um conjunto de elementos a partir dos quais nós teremos condições de apresentar mensalmente à população índices de qualidade na prestação do serviço, coisa que nunca foi feita. Isso está sendo realizado, graças à determinação de que cada carro venha com GPS e transmita dados para o DFTrans.

Inclusive, os veículos já estão vindo com esses equipamentos, e as empresas já estão sendo instadas a colocar esses equipamentos de GPS transmitindo dados, a fim de que possamos, efetivamente, monitorar a frota. A partir do monitoramento, nós vamos gerar, futuramente, informações ao usuário em tempo real. Então, eu acho, até pelo número de ações que foram derrubadas na Justiça, que ficou mais do que provado que essa licitação tem, realmente, uma sustentação jurídica, uma sustentação legal muito forte. Há, inclusive, da parte da nossa Procuradoria, uma manifestação muito clara, muito contundente de que duas empresas que são originárias, na sua raiz, da mesma família, não constituem, entre si, o mesmo grupo econômico. Isso, inclusive, já foi resolvido no âmbito da Justiça, até onde efetivamente essa questão tramitou.

Quanto à questão da Transdata, quero dizer à Deputada que a informação de que havia pessoas com o nome Constantino na composição societária da Transdata chegou agora, há pouco tempo, há poucos meses. Foi uma informação vinda, inclusive, do Tribunal de Contas, que fez uma auditoria e chegou à conclusão de que um dos sócios da empresa pode pertencer – não sei se pertence, tem o mesmo nome – à família Constantino. É possível que pertença. Não cabe a nós apurar isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	71

Agora, nós não tínhamos nenhuma condição de mudar a empresa fornecedora da bilhetagem automática naquele momento em que assumimos a Fácil. Não tínhamos nenhuma condição, porque isso ia gerar um tumulto, um transtorno imenso para os passageiros, o que significaria alterar toda... Até porque o sistema Transdata é um sistema pelo qual o equipamento Transdata fala com a tecnologia Transdata. Se nós tivéssemos que mudar, primeiro nós teríamos que fazer uma licitação. Uma licitação dessa natureza...

Nós estamos, inclusive, com uma consulta pública feita no final de 2011. Esse processo está em curso até os dias de hoje. É um processo extremamente complexo. O mercado nessa área de fornecedores de serviços dessa natureza é muito restrito. Então, todo cuidado era necessário para que não houvesse a interrupção do serviço. Se nós substituíssemos um equipamento que já era, inclusive, de propriedade das empresas, como é que nós iríamos obrigar empresas, que poderiam ou não ficar no sistema, a mudarem um equipamento embarcado? Fazer a licitação só da tecnologia? Mas como fazer uma licitação da tecnologia para se comunicar com validadores de carros que poderiam sair – como estão saindo, efetivamente – com essa licitação?

Então, por todas essas razões, nós não tivemos condições, naquele momento, de substituir a Transdata e fazer a licitação mais rapidamente. Aguardamos a licitação principal, que é a licitação do sistema. Agora, estamos concluindo a licitação do novo sistema de bilhetagem.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Só para fazer uma observação à sua fala, não é só um familiar da família Constantino. São vários. Pedro Constantino, Maria Elaine Constantino, Eloisa Constantino Linhares... Então, são vários familiares.

Outra coisa que me chama a atenção nesse relatório que V.Sa. citou foi sobre assunção pelo DFTrans dos serviços antes executados pela Fácil estarem sendo feitos de forma irregular, porque, quando o Estado toma para si uma responsabilidade... E eu quero relembrar aqui à Deputada Arlete Sampaio e ao Deputado Joe Valle que eu subi à tribuna desta Casa quando o Governador Agnelo decidiu licitar o transporte público do Distrito Federal, porque ninguém aguenta mais viver o transporte da forma em que está, com esse número de ônibus velhos, essas latas velhas.

Nós, inclusive, achamos que há uma ineficiência do próprio DFTrans, porque a lei já permitia tirar de circulação todos os carros que têm mais de sete anos. Então, se nós temos carros muito antigos rodando é porque há uma ineficiência, uma vista grossa a esse transporte. Quero, inclusive, concordar com V.Sa. de que tal transporte há anos vem sendo sucateado pelos governadores que passaram aqui pelo Distrito Federal, mas é bom deixarmos registrado que o relatório do Tribunal de Contas encontrou diversas irregularidades, porque ele não conseguiu acessar o banco de cadastro dos nomes dos permissionários. Ele não conseguiu ter acesso a esse banco.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	72

Agora, a pergunta: foram encontradas deficiências e ilegalidades nos serviços prestados após a encampação dos serviços antes executados pela Fácil. Ou seja, é um relatório oficial, não da Deputada Celina Leão, mas do nosso Tribunal de Contas. Eu queria que o senhor falasse sobre isso, porque é como a decisão da licitação. A decisão da licitação é importante, mas a forma como ela é feita é mais importante ainda. Talvez, se nós tivéssemos tido uma licitação de verdade, nós teríamos a oportunidade de baratear as tarifas públicas. Inclusive, eu até gostaria de perguntar para o senhor: a tarifa média é dois e cinquenta, hoje. A tarifa média que ganhou foi dois e setenta, dois e oitenta. Eu queria saber se isso já está sendo subsidiado pelo governo e se será até 2014 também.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – São dois assuntos então.

O relatório do Tribunal de Contas ainda não é em caráter de decisão. É um relatório que foi encaminhado ao DFTTrans. Nós estamos, inclusive, preparando a resposta, para demonstrar aquilo que foi efetivamente cumprido naquilo que está no relatório e aquilo que não foi cumprido ainda, em função das dificuldades de natureza operacional ou funcional do órgão. Está sendo respondido, mas V.Exa. pode estar certa de que boa parte das questões levantadas ou foram resolvidas ou estão em fase de resolução. Portanto, nós vamos responder proximo ao Tribunal de Contas.

Em relação ao valor da passagem, a tarifa pública, o governo não a alterou. A tarifa pública é rigorosamente a mesma. A Deputada está falando da tarifa técnica pela qual o governo vai remunerar as empresas que ganharam a licitação, dizendo que a tarifa técnica, em média, é maior do que a tarifa média pública praticada hoje. É verdade. É verdade. No entanto, eu acho que os documentos que alicerçaram a nossa licitação foram suficientemente informativos e esclarecedores, no sentido de demonstrar que essa tarifa permite uma remuneração justa, permite o equilíbrio do sistema e impacta, obviamente, os cofres públicos, dentro do seu papel social de garantir a integração do sistema e garantir o funcionamento de um bom serviço. Numa cidade como a nossa, onde nós temos, talvez, um dos maiores índices de passageiros por quilômetro rodado do país, em razão das longas distâncias, da quilometragem morta...

Nós temos aqui linhas que nós podemos considerá-las quase linhas interestaduais, linhas intermunicipais, que tem 70, 80 quilômetros, onde o pinga-pinga de passageiros é muito pequeno. Aqui, nós temos um fluxo e um contrafluxo diário, nos horários de pico, em que o ônibus sai cheio de uma cidade distante, chega cheio aqui no Distrito Federal e não tem renovação de passageiro ao longo do percurso. Se nós fôssemos custear o sistema pela tarifa, essa tarifa seria muito alta, seria impraticável exatamente para aquela parcela da população que mais precisa, que é exatamente aquela que anda de ônibus, aquela que anda de metrô. Por isso mesmo, o governador fez a opção de manter a tarifa pública absolutamente congelada e remunerar as empresas pela tarifa técnica, pagando a diferença das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	73

integrações. Isso é um custo. É um custo social, mas é um custo para o conjunto da sociedade.

Eu acho que essas manifestações recentes, em que a questão da mobilidade entrou na agenda política nacional, demonstraram, de forma inequívoca, que os governos têm a responsabilidade social na questão da mobilidade. Esse custo não pode ser transferido para os passageiros. Esse custo tem que ser da sociedade como um todo. Quem tem que pagar um bom transporte coletivo, um transporte seguro, de qualidade e confortável é quem anda de ônibus e quem anda de carro. Todo mundo tem que pagar. Inclusive, agora, com a conclusão dessa licitação do serviço básico e com a implantação de um serviço diferenciado que nós já começamos a adotar na região do Sudoeste, bem como no aeroporto, o governo terá autoridade para começar a pensar nos estacionamentos pagos, pensar, por exemplo, em reverter o recurso dos estacionamentos pagos para o transporte coletivo, pensar em alterar algumas legislações, como a do IPVA ou legislações de natureza federal, para poder carimbar parte desses recursos.

O recurso, por exemplo, da antiga Cide da gasolina, para que esses recursos sejam disponibilizados para o transporte público coletivo. As multas, por exemplo, geradas pelo DFTrans. São de carros particulares que inundam as nossas ruas todos os dias – não queremos condenar quem usa, a maioria de nós usa carros particulares, mas não tem sentido, não tem lógica; nos grandes centros urbanos, um cidadão que pesa em média 70, 80 quilos transportar uma tonelada, quanto muito ele tem um passageiro do seu lado, quanto muito um passageiro, menos de dois passageiros por carro, esse carro vai ficar estacionado o tempo... sem custo nenhum para ele.

Em algumas cidades do mundo em que o estacionamento é caríssimo, custa caro ter carro, carro é para passeio, para lazer, nós temos que mudar essa cultura do transporte individual e cada vez mais implantarmos a cultura do transporte coletivo. Isso é fundamental para a qualidade de vida da nossa população.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu gostaria de entender...

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Deputada, se me permite, obviamente, esse edital, a configuração desse edital vai gerar uma realidade da integração do sistema, racionalização de toda a frota, nós vamos inclusive poder, nos primeiros meses, avaliar o custo real para a sociedade desse novo sistema, qual é o custo real e discutir abertamente com a sociedade, inclusive com esta Casa de Leis alterações da legislação que permitam o financiamento desse sistema.

O Governador, por exemplo, desde o início, quando chegou, gostou muito da ideia da tarifa zero, já têm algumas experiências no mundo da tarifa zero, alguém tem que pagar essa conta. Nós vimos. Era uma ideia inclusive implantar a tarifa zero, era o SUS do transporte, seria o melhor dos mundos. Isso geraria certamente uma demanda, uma demanda grande no sistema, mas nós vimos que isso demandaria a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	74

mudança na legislação federal, mudança na legislação local, novas fontes de financiamento, aí passamos a trabalhar numa outra direção.

Ao invés da tarifa zero, vamos criar um sistema de transporte público coletivo que permita ao governo inclusive, se ele quiser, se ele quiser, que permita a ele implantar a tarifa zero, porque o passageiro paga a tarifa pública. O governo, se quiser, hoje, por decreto, pode dizer: a tarifa, a partir de hoje, é zero reais. Se ele quiser, ele pode fazer isso. Isso vai impactar a tarifa técnica, obviamente, que ele vai pagar, mas tem que criar fonte de financiamento para isso.

Então essa é uma discussão que eu acho que tem que ser feita, mas posso garantir aos Deputados e a esta Casa que a modelagem dessa licitação foi feita de tal forma que vamos poder fazer os ajustes necessários em outras legislações, inclusive, que garantam o financiamento de um transporte de qualidade, que é o que todos queremos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Secretário, nós tivemos aqui a presença do Secretário de Transporte, ainda falando sobre a tarifa que eu acho que é uma coisa que preocupa toda a população, a conta, em média, são trinta centavos, nós sabemos que o Brasil briga por vinte centavos. V.Exa. explicou, com muita legitimidade, a questão da tarifa técnica e a questão da tarifa cobrada aos passageiros. Só que é bom informar que, de certa forma, o passageiro contribui com a tarifa técnica, porque é paga com recurso dele, com recurso que poderia ter sido usado para outras coisas, para a construção de escola, para a construção de creche.

O Secretário esteve aqui conosco e eu queria saber se vocês já fizeram as contas de quanto vai impactar, nos cofres públicos, esse aumento de trinta centavos na tarifa técnica, como V.Exa. colocou, porque o compromisso era, até 2014, não subir, mas é uma data... eu acho que 2014, por conta da eleição, deveríamos deixar isso mais claro, se a tarifa técnica vai subir mesmo ou se isso está sendo segurado de uma forma e quanto isso vai custar aos cofres públicos hoje.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – No edital de licitação, Deputada, há uma regra, há critérios claros de determinação da tarifa técnica, inclusive prazos, para que os operadores possam reivindicar um ajuste na tarifa técnica em relação ao aumento de custos.

Antigamente, o Governador, de livre e espontânea vontade, tinha competência de determinar a tarifa. Ele determinava, enfim, de uma maneira absolutamente... a partir de estudos, obviamente, que eram feitos, estudos técnicos, mas ele determinava, ele podia determinar uma tarifa x, uma tarifa y, uma tarifa z e ficava por isso mesmo. Agora, não. Agora a tarifa técnica de remuneração dos novos operadores que ganharam a licitação tem uma regra e essa regra está no edital. Esse ajuste, eu falo ajuste, porque não é reajuste, é um ajuste que pode ser feito para cima ou para baixo.

Agora mesmo já tivemos o impacto para baixo em algumas tarifas técnicas de operadores que vão obter a isenção do óleo diesel, do ICMS sobre o óleo diesel,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	75

então isso vai impactar a tarifa técnica para baixo. Vai ter o reajuste dos trabalhadores rodoviários, isso vai impactar a tarifa técnica para cima e assim sucessivamente, mas é uma regra que é clara, que é definida, que é um critério absolutamente técnico.

Portanto, não teremos mais o Governador para dizer: olha, eu vou pagar tanto ao operador x ou pagar tanto ao operador y. O Governador não tem mais o poder discricionário de determinar isso. Isso está determinado num contrato que foi assinado, por dez anos, com o operador e que está lá no edital. Enfim, uma licitação que foi feita de maneira transparente, com audiência pública que se iniciou no Ministério Público do Distrito Federal. Enfim, houve uma discussão com a sociedade e com os órgãos de controle.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu gostaria de pegar um gancho na sua fala sobre a questão da tabela da tarifa e da montagem prevista no edital. Em nome do Sr. José Osório, eu gostaria de cumprimentar os rodoviários. A tarifa da Auto Viação Marechal ganhou a licitação da bacia de Taguatinga, de Ceilândia, um dos maiores trechos com o maior volume de pessoas do Distrito Federal. Inclusive, o proprietário é o presidente do Sindicato das Empresas de Curitiba. Ele é o “Wagner Canhedo” de Curitiba. Então, eu gostaria de dizer que a tabela que foi aceita pelo governo, no edital de licitação, propunha uma remuneração R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), inclusive abaixo do acordo firmado pelos trabalhadores junto com o sindicato e junto com as empresas.

Então, automaticamente, nessa tabela, nessa conta, quando o governo acata uma tabela e diz que concorda com aquilo, ele vai ter que, novamente, subsidiar. Então, por cada motorista da Auto Viação Marechal, que ganhou com R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), o governo vai ter de pagar trezentos para pagar o salário real, hoje, acordado por lei, em acordo trabalhista, junto do sindicato com as empresas. É por isso que eu reafirmo a necessidade da participação do DFTrans nesse processo como um todo, porque, novamente, terá de ser subsidiado pelo governo, que terá de pagar esse custo de R\$ 300,00 (trezentos reais), que deveriam ter sido visto na licitação, para diminuir a tarifa média feita, porque esse custo terá de ser pago, porque o edital é bem claro quando diz que se você acatou a proposta, você está acatando que aquele serviço terá de ser prestado daquela forma. Então, qualquer eventualidade como a diminuição do óleo diesel, o aumento dos trabalhadores fará com que essa tarifa aumente.

O que me espanta muito é essa empresa ter ganhado essa bacia com essa tarifa e com essa diferença de salário gritante de R\$ 300,00 (trezentos reais) para operar na maior bacia do Distrito Federal. Aí, eu gostaria de saber se vocês tiveram acesso a essas tabelas, com esse preço/custo, porque também o Tribunal de Contas detectou isso no processo licitatório como uma falta. A resposta que obtive pela Secretaria de Transportes é que os empresários iriam mandar as tabelas. Como é que você vai propor prestar um serviço para o Estado se você não sabe nem o preço



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	76

médio dos trabalhadores! Acho que foi isso que resultou, talvez, nessa contrariedade de valores. Eu queria saber se isso também está sendo calculado já pelo DFTrans.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim. A nossa gerência de custos e tarifas está debruçada, permanentemente, nessa questão. Aliás, nunca tivemos uma demanda tão forte nessa área, exatamente porque precisamos saber o impacto disso aos cofres públicos, para que possamos discutir abertamente com a sociedade. O sistema será totalmente integrado, as empresas receberão por passageiros transportados através da tarifa técnica. Temos todo um critério técnico que foi definido pelo edital. Então, estamos estudando essa questão permanentemente. Temos, inclusive, apresentado relatórios parciais à Secretaria de Transportes e ao Comitê de Transição de Transporte sobre essa questão do impacto no sistema como um todo, para discutir abertamente com a sociedade essa questão do custo de um transporte coletivo de qualidade.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Outra coisa que me preocupa no relatório do Tribunal de Contas do Distrito Federal é o último item, inclusive, que é o de controle administrativo sobre os valores retidos, que são as glosas, devido à operação irregular das permissionárias no STPC. Campanella, eu tive a oportunidade de estar pessoalmente em uma fiscalização em Sobradinho. Fiquei muito assustada porque o que acontece? Parei três ônibus e chamei a Polícia Militar porque eu havia recebido a denúncia. Primeiro, alguns moradores da Fercal me ligaram perguntando se a tarifa tinha subido na Fercal. A tarifa subiu? Porque é R\$ 3,00 (três reais) e era R\$ 2,10 (dois reais e dez centavos) Aí, sabemos que há uma determinação inclusive do próprio Governador, de vocês, de que não teria aumento na passagem. Então, aquilo não configurava como verdade.

E aí eu fui pessoalmente a Sobradinho fazer a fiscalização para entender o ocorria naquele local. E o que percebemos? Ao parar três ônibus, Deputado Joe Valle, nenhum deles tinha aquele selo de vistoria do DFTrans, Campanella. Nenhum deles tinha o selo de vistoria do DFTrans. O selo de vistoria era do Rio de Janeiro. Era do Rio de Janeiro o que estava rodando. Então, não tinha nenhuma autorização do DFTrans para rodar. Mas o que me espantou muito foi o *chip* dentro do ônibus, porque o *chip*, segundo as informações que eu recebi da própria assessoria técnica do senhor, é fornecido pelo DFTrans. Se ele é fornecido pelo DFTrans, ou há uma clonagem de *chip* dentro do DFTrans, que é gravíssimo, porque é um crime de lesão ao patrimônio público, tanto que, ao perceber... Aquele trecho era um trecho 2,10, Deputado Joe Valle. Só que o ônibus operava com validador de outra linha, que era três reais, e lesava toda uma população, e uma população que, diga-se de passagem, merecia, inclusive, um benefício: não estar sendo lesada pelos cofres públicos – pelos cofres públicos não, desculpem-me, mas, sim, pelos permissionários do serviço público.

E o que eu fiz naquele momento? Eu peguei, fui à delegacia, registrei como crime contra a ordem econômica, porque, se a tarifa é 2,10 e estão cobrando... Esse empresário tem que ser criminalizado. É um crime o que ele está fazendo, porque ele



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	77

está cobrando uma passagem de três reais e de 2,10. Mas eu queria entender como esse *chip* vai parar dentro desses ônibus! De que forma um *chip*, que é fornecido pela Secretaria, pelo DFTrans, para dentro de um ônibus? Eles são colocados como piratas! Se há uma... E a gente fez a denúncia. Eu trouxe. Várias emissoras fizeram cobertura sobre esse fato. E a gente espera que a Polícia Civil chegue realmente, porque há uma quadrilha, uma quadrilha que está assaltando a população aí na rua, cobrando uma tarifa de três reais que deveria ser de 2,10.

Então, eu queria entender quem fornece o *chip*. Se o *chip* é fornecido pela Secretaria, então eu acho que imediatamente tem que se abrir uma autoria dentro da Secretaria para saber quem está vendendo os *chips* pelo DFTrans! Então, eu gostaria de entender e saber qual foi a posição do órgão diante dessas denúncias.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Esse caso nós acompanhamos de perto, Deputada. É um caso da Fercal, não é isso?

DEPUTADA CELINA LEÃO – É isso. Linhas originárias da Fercal, em que o operador... Nós identificamos a cobrança indevida de tarifa. Nós já bloqueamos esses validadores. Inclusive já abrimos um processo de sindicância para apurar a responsabilidade. Esses casos... Inclusive nós já estamos com uma conexão direta com a Polícia Civil. Nós fornecemos inclusive essas informações para a Polícia Civil, para a DECAP, para as medidas cabíveis, inclusive o terreno da investigação, que tem que ser aprofundada, e não pagamos o operador. Não pagamos o operador. Então, o fato de ter um *chip*... isso pode ser um *chip* do período anterior em que nós assumimos a Fácil. É possível que seja... Só a investigação vai demonstrar se efetivamente isso aconteceu.

Quem gera o *chip* somos nós. Essas senhas estão sob a nossa administração, guardadas em segredo, inclusive. São cinco senhas que geram um *chip*. A partir do momento em que nós, inclusive por decisão judicial, assumimos o controle dessas senhas, os *chips* só foram autorizados para carros que eventualmente não tivessem o validador, como é o caso dos rurais. Na época nós emitimos os *chip-sun* para vários carros da área rural, que não tinham. Foi inclusive uma resistência na época das grandes empresas, que não queriam que o sistema rural tivesse um bilhetador eletrônico, para que pudesse haver pelo menos isonomia em relação a ele e pudesse garantir a bilhetagem.

E nós também geramos *chip-sun* quando nós implantamos aquela integração em fase experimental em Taguatinga e Ceilândia, para que as lojas de conveniência do BRB pudessem gerar os créditos relativos à concessão do benefício do cartão utilizado para aquela integração. Então, esses *chips* têm o controle total por parte do DFTrans. Se há clonagem, se há, enfim, algum outro tipo de fraude, realmente tem que ser feito o que a senhora fez, que foi ir à polícia e denunciar.

DEPUTADA CELINA LEÃO – E, após a denúncia, foi aberta alguma sindicância dentro do DFTrans?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	78

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Sim, sim. Em relação a essa situação concreta foi. E restabelecemos inclusive a cobrança da tarifa original.

DEPUTADA CELINA LEÃO – O ônibus, no dia, Deputada Eliana Pedrosa... Nós fizemos a apreensão, e ele é levado ao depósito do DFTrans.

Eu acho, Deputada Eliana Pedrosa, que foi a primeira vez que foi criminalizado, porque o processo cível é diferente do processo criminal. Eu acredito que todas as outras – que é a função de fiscalização do DFTrans – foram para a área cível, como multa. Agora eu acredito, Deputado Joe Valle, que essa primeira vez foi a questão criminal.

Eu queria fazer mais uma colocação para o Sr. Campanella. O achado nº 9 fala sobre o descontrole administrativo, sobre as glosas, devido à operação irregular. Ao Coordenador de Tecnologia da Informação cabe a função de providenciar a emissão diária de relatórios circunstanciados, contendo as informações acerca da operação irregular realizada pelas permissionárias. Após as apurações dos relatórios, os operadores têm o prazo de até 72h para se manifestar. Caso não seja acatado pela autarquia, o valor resultante da operação irregular é retido e depositado em conta própria. Operação regular, nos termos da instrução supracitada, é toda aquela que ainda é temporária.

Vou para o final, porque não vou ensinar o vigário a rezar missa.

Decorridos mais de sessenta dias do prazo estipulado para manifestação da autarquia, esta se manteve silenciosa, mesmo após diversas tentativas de contatos sem sucesso. Assim, constatamos o descontrole sobre as glosas já realizadas e os valores arrecadados, uma vez que o DFTrans não demonstrou condições de responder aos questionamentos realizados pela equipe de auditoria.

Essa questão das glosas, Campanella, é uma coisa que nos preocupa muito, porque, de certa forma... Aí eu vou voltar à questão da Transdata. Como é que uma empresa que presta serviço vai glosar o serviço dela própria? Entendeu? É algo que nos preocupa essa questão da fiscalização. E mais ainda quando o Tribunal de Contas vai fazer a fiscalização, e o órgão não responde adequadamente ao Tribunal de Contas. Parece que há sessenta dias de prazo estipulado.

Eu queria entender por que o descontrole dessas glosas aqui citadas pelo relatório do Tribunal de Contas.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Veja, Deputada: o número de operações irregulares caiu drasticamente. Se a senhora pegar os dados – nós vamos fornecer a esta comissão –, eles mostram a evolução que houve em relação a operações irregulares. Subiu de forma muito significativa por uma razão muito simples: nós deixamos de pagar as operações irregulares. Portanto, pelo menos 60% da receita é retida! O operador fica com o valor do passageiro pagante, aquele que paga em dinheiro, e, assim mesmo, nós abrimos um processo administrativo para glosar esses valores nos valores posteriores a que eventualmente essas empresas têm direito.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	79

Então, em relação às operações (...) (falha na gravação) (...) houve efetivamente um avanço significativo. Hoje nós temos identificado poucas operações dessa natureza, até porque os próprios operadores não têm interesse em fazê-las, na medida em que eles são penalizados pelo não pagamento desses valores.

E eu quero dizer à Deputada que não é a Transdata que faz o pagamento! A Transdata não tem controle nenhum dos pagamentos! A Transdata é uma empresa que fornece o serviço, os equipamentos e a inteligência, o sistema, que está sob o nosso controle, nosso controle! E nós não delegamos à Transdata esse papel! Muito pelo contrário! Quem tem efetivamente esse controle é o DFTrans, através do sistema de bilhetagem automático. E é o sistema que gera as planilhas pelas quais a gente identifica as irregularidades, faz os pagamentos devidos e glosa os pagamentos indevidos.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu gostaria de fazer mais uma pergunta.

Nós também recebemos denúncias, Campanella, de que haveria uma facilitação a empresários que teriam parentes do senhor na empresa. Isso procede?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Não, Deputada. Isso é de uma insanidade! Aliás, eu desafio quem quer que seja para fazer esta denúncia em público: se eu tenho algum parente no sistema de transporte.

Aliás, eu quero dizer para a senhora o seguinte: quando eu assumi o DFTrans... Eu não esperava assumir o DFTrans. Nós apoiamos o Governador Agnelo Queiroz, estávamos aguardando inclusive uma participação no Governo, mas não esperávamos estar à frente de um órgão como o... até porque não é exatamente a minha especialidade. Sempre gostei muito dessa área, logística, mas nunca fui um especialista, não sou um técnico da área de transporte.

Mas quero dizer à Deputada que, quando nós assumimos, tínhamos um operador rural licitado, que é tio da minha ex-esposa. É tio. E, quando eu entrei, ele já estava no sistema. Ele não é, inclusive, o responsável principal por uma cooperativa que opera com cinquenta (inaudível). Pois esse fato, esse fato de ele ter sido um operador licitado, gerou essas insinuações absolutamente descabidas. Eu não tenho nenhum parentesco com nenhum operador atual, até porque nem mesmo esse parentesco distante existe mais. Então, isso é uma insanidade total.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu gostaria – só para ficar bem clara essa questão sobre o parentesco – de saber: o tio é de qual empresa, Secretário?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – É da cooperativa Cootransp.

DEPUTADA CELINA LEÃO – E houve ampliação de número de linhas dessa cooperativa nessa gestão?

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – A Cootransp ganhou, através de todo o processo licitatório que envolve uma contratação emergencial, um contrato emergencial em Planaltina e opera com trinta carros.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	80

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu não consigo (falha na gravação) dicotomia do Governo, quando ele fala de grupo econômico. O Valmir Amaral é um grupo econômico, mas o Constantino, para ele, não é um grupo econômico. Há dois pesos e duas medidas, nas decisões do Governo, de uma forma muito clara: a licitação de uma área igual a Planaltina e a impossibilidade de fazer uma emergencial para economizar onze milhões de reais em uma área nas garagens, nas companhias do Valmir Amaral.

Eu quero agradecer aqui, Deputado Joe Valle, mas quero falar que eu não fiquei realmente convencida com a fala do Campanella, porque ela não atinge o meu objetivo realmente que é de esclarecer todas as decisões do Governo.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputada Celina Leão.

Eu queria agradecer a todos os presentes. Agradecer a todos aqueles que fizeram as suas perguntas, entendendo que este é o papel desta Comissão. Essa área é extremamente vasta, complexa. Toda medida que causa qualquer ruptura, sem o devido planejamento, causa muitas arestas e muitos conflitos.

Cabe a esta Comissão de forma isenta, a partir de denúncias, fazer toda a investigação e fiscalização que sejam necessárias para os esclarecimentos, Deputada Celina Leão? Então, este é o espaço.

A segunda coisa que eu queria deixar clara é que esta Comissão incorporou o serviço de controle externo desta Casa. Portanto, ela tem, sim, a capacidade, o direito de fazer requerimentos de informação. É uma Comissão permanente da Casa, formada por cinco Deputados. É um colegiado que aprova aqui todo o rito necessário para que isso aconteça. Então, é uma Comissão de Fiscalização. Ela precisa ter... Se não tiver essa capacidade, vamos embora para casa. Vamos parar. Encerra-se a Comissão, acaba-se com ela, porque aí não tem função de ser. Não tem função! Parece mais... Pode até ser uma pecinha lá no presépio, mas ela não tem função se ser. Mas ela tem sim por seu regimento, por toda a sua condição de criação, ela tem essa condição.

Existem ainda efetivamente algumas dúvidas por ser muito nova. Existem dúvidas de sombreamento de complementariedade de ações. Mas isso, ao longo do tempo, no chão desta fábrica aqui, nós vamos trabalhando e arrumando. Está certo? O que percebemos claramente aqui é que ela está cumprindo o seu papel. Ela vai cumprir o seu papel.

Nós gostaríamos de pedir ao Campanella que efetivamente pudesse passar – já que o pedido foi formal, já que as pessoas foram nesse processo – que S. Sa. pudesse atender aos pedidos desta Comissão, no sentido de esclarecimento, nada mais do que isto: esclarecimento das cópias dos processos nessa direção.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	81

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, só complementando e refutando o que disse o Dr. Campanella que os documentos não foram entregues porque não atenderam às prerrogativas processuais de passar pelo Plenário

Plenário, de serem lidos e aprovados em Plenário. Eu quero dizer que todos os processos entregues lá foram lidos em plenário e aprovados no dia 27 de agosto de 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sim.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O pedido que foi entregue. Então, não procede o que foi dito, que não seguiu o rito de ser aprovado, do encaminhamento do gabinete da Mesa e de passar pelo Plenário e a sua aprovação. Então, isso não aconteceu. O mesmo documento entregue lá, no DFTrans, está aqui. E pode ser verificado que ele foi lido no dia 27 de agosto de 2013, e que teve a sua aprovação em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – É o rito desta comissão. Nada sai daqui diretamente. Há um rito, tem um regimento, tudo organizado. Nós planejamos esta Comissão muito bem planejada. Ela foi muito bem trabalhada. Num momento inicial, foram seis meses como comissão temporária justamente para ajustar todo esse processo, pelo jeito diferentemente do que está acontecendo com a questão do transporte no Distrito Federal. Tudo foi feito com planejamento.

Então, eu queria agradecer a todos os presentes. Aqui é uma porta, é uma janela para o povo, para a comunidade vir aqui e ouvir as autoridades e os Deputados.

Nós tivemos mais de 4 horas, mais de 4 horas de trabalho. Eu agradeço ao Campanella pela coragem, pela vontade de vir aqui esclarecer. É assim que funciona! (Palmas.)

A Câmara Legislativa do Distrito Federal está aberta a todos. É aqui que o contraditório deve ser colocado.

Esta Comissão vai trabalhar em cima de todas as respostas que S.Sa. deu. Nós temos uma série de desdobramentos a fazer.

Convoco a Comissão para uma reunião extraordinária para a próxima semana. Passarei todas as datas para que possamos dar continuidade à pauta, inclusive, verificar, olhar e analisar o relatório da Deputada Eliana Pedrosa sobre o caso.

Eu queria também aproveitar, dentro desse mesmo assunto, informar que amanhã, nesta Casa, teremos audiência pública sobre mobilidade urbana com a presença de autoridades e da comunidade. Gostaria de convidar todos para discutir, rediscutir essa questão do planejamento de longo prazo da mobilidade. Teremos presentes autoridades, representantes de universidade, pesquisadores, pessoas do Governo. Quero deixar o convite ao Campanella, para discutirmos a questão da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
31 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	82

mobilidade urbana, amanhã, a partir das 10 horas da manhã, no auditório desta Casa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (PPS. Sem revisão da oradora.) – Tendo em vista que o pedido de informações sobre a relação dos processos foi lido e aprovado em plenário e o obstáculo apresentado foi que os servidores não seriam concursados, e que eles já conhecem os processos há algum tempo – inclusive com data marcada para entregar, que não foi cumprida –, poderíamos enviar um servidor da Casa, concursado, para pegar esses processos lá?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na última reunião, lembro que foram convocados, além do Diretor do DFTrans, o Ricardo. Não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Isso.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – E eu gostaria – agradecendo a presença S.Sa., para que possamos lhe dar uma satisfação já que me parece que V.Exa. deve encerrar a reunião sem ouvi-lo –, de saber qual será o rito com relação à convocação do Sr. Ricardo. Lembro que, na terça-feira, nós temos uma comissão geral para tratar especificamente do Grupo Amaral. O que realmente precisa ser bem esclarecido é a intervenção no Grupo Amaral.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu queria até agradecer a presença do Ricardo. Nós conversamos antes, ele foi consultado e me disse que não teria prejuízo em o restante da pauta ficar para a reunião extraordinária da semana que vem. Nós vamos consultar todos os Deputados sobre a melhor data e horário para tal. No mais tardar, até sexta-feira da semana que vem.

Com a palavra o Sr. Campanella.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Houve um conflito de entendimento sobre essa questão da documentação a ser apresentada. Nós não tínhamos a informação de que o assunto tinha sido aprovado em plenário ou pela Mesa Diretora. Foi essa a divergência que pela qual... Mas quero hoje ainda, no máximo amanhã, disponibilizar, inclusive por meio eletrônico, toda a documentação solicitada, Sr. Presidente.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Eu prefiro cópia dos processos.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Cópia e por meio eletrônico, para facilitar também. Talvez nós não tenhamos papel o suficiente, porque são muitos documentos.



Ordem da Sessão	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
1 10 2013	10h21min	CFGTC – 7ª Reunião Ordinária	83

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Nós podemos ceder.

SR. MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA – Vamos remetendo à medida que...

Quero informar também, ficou em aberto uma informação, que as senhas solicitadas – o TDMax – foram entregues à Presidência no dia 19 de setembro, recebidas, portanto, num documento expedido pelo nosso Diretor de TI, Expedito Veloso. Dia 19 de setembro essas senhas foram disponibilizadas.

Eu queria, Sr. Presidente, com o seu assentimento, agradecer por esta oportunidade, agradecer a todos que nos acompanharam: a minha esposa, Narcisa; os nossos Diretores do DFTrans aqui presentes, José Renato, Expedito, Adriano, Lúcio; todos os servidores do DFTrans, os fiscais que aqui vieram também, e que têm tido um papel nesse contraditório conosco.

Nós estamos abertos a este debate, inclusive sobre a questão do papel da fiscalização neste momento, da fiscalização e dos fiscais, neste novo momento que o transporte público coletivo está vivendo. E agradecer principalmente aos membros desta Casa, especialmente desta comissão, por esta oportunidade de apresentar estes esclarecimentos. Se os esclarecimentos não foram todos de acordo com a expectativa, é porque realmente nós estamos em uma fase de superação de algumas defasagens no processo de constituição de um órgão gestor à altura do que o transporte de Brasília merece.

Obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Só para corrigir: a comissão geral para tratar da questão do Grupo Amaral será na quinta-feira da semana que vem, e não na terça, como tinha sido mencionado.

Esperamos ter cumprido o nosso trabalho, torcemos para que os gestores possam planejar mais e executar um planejamento de forma decente.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h27min.)



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS



Ofício nº 1502013-GAB/DFTRANS

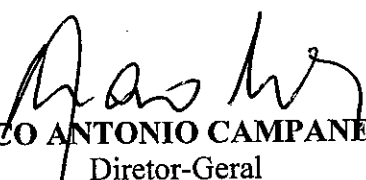
Brasília, 07 de novembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Conforme solicitado pelo Plano de Execução da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da CLDF, remeto cópias dos processos nº 0098.003135/2013, nº 0098.003718./2013 apensado ao 0098.006670/2013.

Dessa forma, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,


MARCO ANTONIO CAMPANELLA
Diretor-Geral

Ao Senhor Deputado

JOE VALLE

Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC
Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, Qd. 2, Lote 5, 5º andar, Eixo Monumental
Setor de Indústrias Gráficas
Brasília/DF
CEP: 70.094-902



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS



Ofício nº 1567 /2013-GAB/DFTRANS

Brasília, 20 de novembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Conforme solicitado pelo Plano de Execução da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da CLDF, encaminhamos cópia do processo nº 0098.000777/2012.

Dessa forma, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,


MARCO ANTONIO CAMPANELLA
Diretor-Geral

Ao Senhor Deputado

JOE VALLE

Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC
Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, Qd. 2, Lote 5, 5º andar, Eixo Monumental
Setor de Indústrias Gráficas
Brasília/DF
CEP: 70.094-902



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Ofício nº 45/2013/ CFGTC

Brasília, 25 de novembro de 2013.

Ao Senhor

MARCO ANTONIO CAMPANELLA

Diretor-Geral do Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS

SAIN - Estação Rodoferroviária - Ala Sul - Sobreloja.

CEP: 70.631-900

Fone: 3043-0405

Assunto: Solicitação de cópia dos processos constantes do Plano de Execução do RQ 2718/2013 e dos processos resultantes de sindicância e tomadas de contas especiais.

Senhor Diretor-Geral,

Respalado pelo permissivo contido no Requerimento de Fiscalização e Controle, RQ 2718/2013 aprovado pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle desta Câmara Legislativa do Distrito Federal, além do disposto no inciso XVI do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal e ainda o que dispõe o art. 14 da Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, que garante aos interessados acesso a qualquer informação da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, reitero as solicitações feitas a Vossa Senhoria, nos termos do **Ofício nº 42/2013/CFGTC** e **Ofício nº 43/2013/CFGTC**, ambos de **04/11/2013**, para envio a esta Comissão de cópia de inteiro teor dos processos indicados nos referidos documentos.

Cumprе esclarecer que o não atendimento da referida solicitação configura crime de improbidade administrativa, como prevê o art. 11 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

Assim, considerando que até o momento somente 04 processos foram oficialmente recebidos nesta Comissão, fica estabelecido o **dia 06/12/2013 como prazo final** para encaminhamento de todos os demais processos solicitados. Findo este prazo, a Comissão deliberará sobre o encaminhamento ao Ministério Público da documentação que caracteriza o ilícito, para que sejam tomadas as providências previstas no art. 22 da Lei nº 8.429/92.

Atenciosamente,


Deputado Joe Valle

Presidente da Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e Controle – CFGTC

PROTUDOLO / DFTRANS - NOV-26-2013 16:54 017889 1/2

8250974



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Secretaria de Estado de Transportes
Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS



Ofício nº 1661/2013-GAB/DFTRANS

Brasília, 05 de dezembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Deputado,

Trata-se da solicitação de cópia do processo 0098.004.302/2012, o qual foi aberto sindicância para apurar o desaparecimento. Após abertura de sindicância e busca em todos os setores desta Autarquia o processo foi localizado.

Encaminhamos cópia do processo 0098.004.302/2012 a Vossa Senhoria conforme solicitado pelo Plano de Execução da Comissão de fiscalização, Governança, Transparência e Controle da CLDF.

Dessa forma, colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,


MARCO ANTONIO CAMPANELLA
Diretor-Geral

Ao Senhor Deputado

JOE VALLE

Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC
Câmara Legislativa do Distrito Federal
Praça Municipal, Qd. 2, Lote 5, 5º andar, Eixo Monumental
Setor de Indústrias Gráficas
Brasília/DF

dias, comprove que Abdias Ribeiro da Silva Junior, admitido como Esercurário, foi aprovado no Concurso Público regulado pelo Edital nº 1/2009, cujo edital normativo foi publicado no DODF de 26.11.2009, tendo em vista que tanto no resultado final do certame, como no ato de convocação, em vez desse nome consta como aprovado Abdias Ribeiro da Silva; IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal.

PROCESSO Nº 21521/2013 - Admissões no cargo de Professor de Educação Básica pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, decorrentes de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 1/2010, publicado no DODF de 7.6.2010. DECISÃO Nº 3296/2013 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento das fichas admissionais juntadas às fls. 1/33; II. considerar legais, para fins de registro, em atendimento ao art. 78, inciso III, da LODE, as admissões no cargo de Professor de Educação Básica, disciplina Atividades, do quadro da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, decorrentes de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 1/2010, publicado no DODF de 7.6.2010: Claudia Helena Gomes Machado, Cleonice Machado da Silva, Cristiane Vieira da Silva Nunes, Elivani do Vale Bezerra, Elizângela Alves dos Santos, Emerson Lopes de Sousa, Érika Rodrigues de Freitas, Francisco Jório Batista Almeida, Ingrid Shaina Barbosa Cornélio, Jaqueline dos Santos Melo, Juliana Correia dos Santos, Juliana Cosme Alves de Sousa, Juliana Duarte Arraes, Juliana Moreira Mendanha de Souza, Karina de Oliveira Melo, Katermyne Gonçalves Montijo Costa, Katia Cilene Sousa Cavalcante Simião, Kátia Oliveira da Silva, Kelly Cristina Gomes Matias Goia França, Leidia Nascimento de Jesus, Lúcia Moreira Jesus Terra, Maria Dilenilza de Queiroz, Mirian Araújo da Silva, Najla Pego de Sousa Borges, Neurimar Pereira Borges, Renata Araújo Bessoni, Telma Dantas de Medeiros e Vanessa da Silva Marques, III. considerar regular a admissão de Mayra Zugno Reis no cargo de Professor de Educação Básica, na disciplina Atividades, decorrente de aprovação no Concurso Público regulado pelo Edital nº 1/2010, publicado no DODF de 7.6.2010, por guardar conformidade com decisão judicial que lhe deu causa, já transitada em julgado; IV. determinar à Secretaria de Estado de Educação do DF que, no prazo de 30 (trinta) dias, informe: a) a jornada de trabalho da servidora Elaine Ribeiro dos Reis nos cargos exercidos na Secretaria de Estado de Educação e na Secretaria de Estado de Saúde, com o fim de se verificar o cumprimento do inciso IV da Decisão nº 4.238/12; b) se a acumulação de cargos públicos declarada pela servidora mencionada na alínea anterior foi apreciada pela Comissão Permanente de Acumulação de Cargos, encaminhando ao Tribunal, caso haja, o parecer final; c) as providências adotadas para afastar eventual ilegitimidade na acumulação ora apontada, em face do disposto no inciso IV da Decisão nº 4.238/12; V. autorizar o encaminhamento dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para adoção das providências pertinentes.

PROCESSO Nº 23826/2013 - Representação nº 11/13-MF, do Ministério Público junto ao TCDF, solicitando ao Tribunal que realize procedimento de avaliação econômica do investimento feito no "Estádio Mané Garrincha". DECISÃO Nº 3197/2013 - Havendo o representante do Ministério Público junto à Corte Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE pedido vista do processo, foi adiado o julgamento da matéria nele constante.

PROCESSO Nº 23990/2013 - Admissibilidade da Representação Conjunta nº 1/2013 (fls. 3/5), do Ministério Público junto à Corte, com o fim de aferir a legalidade e a economicidade dos valores despendidos na contratação de artistas, por ocasião do show de abertura da Copa das Confederações. DECISÃO Nº 3198/2013 - Havendo o representante do Ministério Público junto à Corte Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE pedido vista do processo, foi adiado o julgamento da matéria nele constante.

A Presidente em exercício, Conselheira ANILCÉIA MACHADO, para relatar os processos de sua responsabilidade, passou a direção dos trabalhos ao Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, assumindo-a em seguida.

O Conselheiro RENATO RAINHA presidiu a sessão durante o julgamento dos Processos nºs 31.204/12, do Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, e 39.420/08, da Conselheira ANILCÉIA MACHADO.

Os Processos nºs 19417/2012 e 27797/2012, de relato, respectivamente, dos Conselheiros MANOEL DE ANDRADE e PAULO TADEU, e os de nºs 10752/2009 e 2590/2013, do Conselheiro-Substituto PAIVA MARTINS, foram retirados da pauta da Sessão.

Encerrada a fase de julgamento de processos, Presidência convocou Sessão Extraordinária, realizada em seguida, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da LO/TCDF, matéria sigilosa.

A seguir, fazendo uso da palavra, o Conselheiro RENATO RAINHA agradeceu aos membros do Plenário, ao Ministério Público, aos servidores do quadro de pessoal, aos estagiários e terceirizados desta Corte as inúmeras manifestações de apoio que está recebendo, em decorrência do tratamento de saúde de seu genitor.

Prosseguindo, com a palavra, o representante do Ministério Público junto a esta Corte, Procurador-Geral DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, solicitou a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Dr. JOÃO ALBERTO BARRETO FILHO, Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, ocorrido no último dia 15, em Palmas-TO. - O Tribunal, por unanimidade, aprovou a solicitação, fazendo-se as comunicações de praxe.

Finalmente, o Tribunal, em conformidade com o parágrafo único do art. 42 do Regimento Interno, decidiu, por unanimidade, antecipar, para as 10 horas, o início da Sessão Ordinária prevista para o próximo dia 18.

Nada mais havendo a tratar, às 17h50, a Presidência declarou encerrada a sessão. E, para constar,

eu, JOSÉ VALFRIDO DA SILVA, Secretário das Sessões Substituto, lavrei a presente ata - contendo 104 processos- que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente em exercício, Conselheiros, Conselheiro-Substituto e representante do Ministério Público junto à Corte. MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO - ANTONIO RENATO ALVES RAINHA - ANILCÉIA LUZIA MACHADO - PAULO TADEU VALE DA SILVA - JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS - DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE

ACÓRDÃO Nº 173/2013

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas Irregulares. Imputação de débito aos responsáveis. Notificação. Cobrança. Quitação.

Processo TCDF nº 960/2000-TCDF

Nome/Função: oficial militar Ismael Augusto Soares de Barcelos.

Órgão: Polícia Militar do Distrito Federal.

Relator: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Representante do MPJTCDF: Procurador Demóstenes Três Albuquerque

Síntese das impropriedades apuradas: prejuízo decorrente do pagamento de diárias, ajuda de custo e indenização de transporte relacionadas à participação no VI Curso de Especialização em Trânsito.

Débito imputado: R\$ 24.519,34 (vinte e quatro mil, quinhentos e dezenove reais e trinta e quatro centavos).

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e o que mais consta do processo, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto proferido pelo Relator, em dar quitação ao oficial militar Ismael Augusto Soares de Barcelos, relativamente ao débito imputado nos termos da Decisão nº 3.226/2012 e do Acórdão nº 187/2012.

Ata da Sessão Ordinária nº 4615, de 16.07.2013.

Presentes os Conselheiros Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Paiva Martins.

Decisão tomada por unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Três Albuquerque.

ANILCÉIA LUZIA MACHADO, Presidente em exercício; ANTONIO RENATO ALVES RAINHA, Conselheiro-Relator; DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, Procurador-Geral Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 174/2013

Ementa: Tomada de Contas Especial. Determinação de diligência. Reiteração. Não atendimento. Audiência. Justificativas improcedentes. Aplicação de multa. Expedição de Notificação. Cobrança judicial.

Processo: nº 13.031/2011.

Nome/Função: Marco Antonio Toffetti Campanella, Diretor-Geral.

Origem: Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS

Relator: Conselheiro Antonio Renato Alves Rainha.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas.

Síntese das irregularidades apuradas: não atendimento da diligência determinada pela Decisão nº 2.698/2012, reiterada nos termos da Decisão nº 3.899/2012.

Representante do MPJTCDF: Procuradora Márcia Farias

Valor individual da multa aplicada: R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e o Parecer do Órgão Ministerial de Contas, como também o que mais consta do processo, acordam os Conselheiros, nos termos do Voto proferido pelo Relator, em:

I - considerar improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Senhor Marco Antonio Toffetti Campanella em atenção ao item IV da Decisão nº 4.862/2012;

II - com fundamento no artigo 57, inciso VII, da Lei Complementar nº 01/1994, c/c o artigo 182, inciso VII, do RJ/TCDF, aplicar-lhe multa no valor acima indicado;

III - fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro do Distrito Federal, nos termos do artigo 186 do Regimento Interno desta Corte, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o referido prazo, nos termos do artigo 59 da Lei Complementar nº 01/1994;

IV - autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do artigo 29, inciso II, da Lei Complementar nº 01/1994, caso a medida prevista no item anterior não surta o efeito esperado, ocasião em que a Unidade Técnica deverá encaminhar ao Ministério Público de Contas do Distrito Federal a documentação pertinente para adoção das providências previstas no artigo 99, inciso III, do Regimento Interno desta Corte.

Ata da Sessão Ordinária nº 4615, de 16.07.2013.

Presentes os Conselheiros Manoel de Andrade, Renato Rainha, Paulo Tadeu e o Conselheiro-Substituto Paiva Martins.

Decisão tomada por unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Três Albuquerque.

ANILCÉIA LUZIA MACHADO, Presidente em exercício; ANTONIO RENATO ALVES RAINHA, Conselheiro-Relator; DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, Procurador-Geral Ministério Público junto ao TCDF.

Pinto e Victor Fernandes de Paula; Especialidade: Técnico em Enfermagem: Helena Beatriz Leite da Silva, Hilma Pereira Santos e Vanessa dos Anjos Queiros; CARGO DE ANALISTA DE ATIVIDADES DO HEMOCENTRO: Especialidade: Enfermeiro: Juscimar Divina Pereira de Aguiar e Leyliane Rodrigues Silva Serbeto; Especialidade: Médico Hematologia e Hemoterapia: Juliana Buzinaro Ribeiro; III – determinar a Fundação Hemocentro de Brasília que, no prazo de 60 (sessenta) dias: 1) ajuste, juntando documentação comprobatória da medida adotada, os horários de trabalho de Maria Helena Paz Cunha, de modo a lhe assegurar o descanso semanal previsto no inciso XV do art. 7º da Constituição Federal; 2) preste, sem prejuízo de apresentar documentação comprobatória do alegado, pormenorizados esclarecimentos quanto à forma de trabalho e ao desempenho profissional das servidoras abaixo mencionadas, destacando, se existentes, os normativos que as ampara, bem como se não há prejuízos à Administração relativamente à sobreposição de horários, atrasos, ausências, faltas etc., nem à saúde das próprias servidoras e à população por elas atendida: a) Amanda Itaciara Esteves Pereira Soares (apresenta-se com jornada de trabalho superior a 80 horas semanais nos cargos que acumula); b) Marlene Santos do Nascimento (das quintas para as sextas-feiras, após plantão noturno de 12 horas, continua, sem descanso, outra jornada de 12 horas); c) Wanda Aparecida Lopes (acumula Cargo de Técnico em Enfermagem na cidade de Uberlândia – MG, não demonstrando o cumprimento de toda jornada naquela cidade); 3) encaminhe ao Tribunal cópia da manifestação da comissão incumbida do exame da licitude das acumulações sobre as acumulações de cargos declaradas pelas servidoras mencionadas no item anterior; 4) instaura processo administrativo disciplinar com vistas a analisar a regularidade das acumulações de cargos em que parece incorrer Samuel Barbosa de Andrade (Técnico de Atividades do Hemocentro, matrícula nº 14020882, da FHB; Enfermeiro, matrícula nº 14405857, da Secretaria de Saúde do DF; e Técnico em Atividades Médico-Hospitalares, matrícula nº 1776481, do Ministério da Defesa); IV – autorizar o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe.

PROCESSO 27333/2013 - Admissões no Cargo de Técnico em Saúde (Especialidade: Motorista), do Quadro de Pessoal da SES/DF, decorrentes do concurso público regulado pelo Edital nº 18/2011 (DODF de 10/05/11), cadastradas no SIRAC em cumprimento à Resolução/TCDF nº 168/04. DECISÃO Nº 4743/2013 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das fichas admissionais juntadas às fls. 1/25; II – considerar legais, para fins de registro, em atendimento ao art. 78, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, as admissões dos Técnicos em Saúde (Especialidade: Motorista), decorrentes do concurso público regulado pelo Edital nº 18/2011, publicado no DODF de 10.05.11: Alan Diones dos Santos Paiva, Americo Monteiro Marques, Cristiano Rocha de Eça, Demis de Souza, Fabrício Moraes Cardoso, Fernando Henrique Alves de Souza, Francisco Barros de Araujo, George Luiz Antunes Rodrigues Junior, Helder da Silva Souza, Jefferson de Oliveira Melo, Joao Moises Pinheiro dos Santos, Joaquim Alves Ferreira Neto, José Carlos de Medeiros, Kleber de Oliveira Santos, Leonardo Daniel Santos, Luciano de Souza Tavares, Marcelo Lima da Costa, Marcos Roberto Rodrigues Alves, Matheus Caetano de Matos, Rodrigo Martins Ramalho, Rogério Correa, Ronildo Lavista Borges, Stephan Renz, Wendel de Araujo Pereira e Werly da Silva Santos; III – autorizar o arquivamento dos autos.

PROCESSO 30490/2013 - Edital de Pregão Eletrônico nº 259/2013, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, visando à aquisição de medicamentos (ALOPURINOL, ACIDO ZOLEDRONICO, ALENDRONATO e outros), conforme especificações e quantitativos constantes do edital, fl. 173 do Anexo. DECISÃO Nº 4671/2013 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do edital de Pregão Eletrônico por SRP nº 259/2013, visando à aquisição de medicamentos (ALOPURINOL, ACIDO ZOLEDRONICO, ALENDRONATO e outros), conduzido pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - SES/DF e demais documentos enviados constantes do anexo ao processo em exame; II. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

PROCESSO 30644/2013 - Edital de Pregão Eletrônico nº 265/2013, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, visando à aquisição de medicamentos (OXALPLATINA INJETÁVEL, TERBINAFINA CREME, VARFARINA SÓDICA e outros), conforme especificações e quantitativos constantes do edital, fls. 162/198. DECISÃO Nº 4666/2013 - O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento do Edital de Pregão Eletrônico por Ata de Registro de Preços nº 265/2013, conduzido pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal - SES/DF; II - determinar à SES/DF e à pregoeira responsável que, tendo em conta o disposto no artigo 4º, inciso XI, da Lei nº 10.520/02 condicione a adjudicação dos itens 18 (ENOXAPARINA SÓDICA, 0,6 ML) e 19 (ENOXAPARINA SÓDICA, 0,4 ML) do referido certame após demonstrarem que os preços ofertados pelas licitantes vencedoras encontram-se compatíveis com os valores de mercado, encaminhando ao Tribunal os documentos comprobatórios; III - autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para que seja verificado o cumprimento da determinação contida no item anterior e posterior arquivamento, sem prejuízo de futuras averiguações.

O Processo 20380/11, de relato da Conselheira ANILCEIA MACHADO, foi retirado da pauta da sessão.

Às 16h25, a Presidente em exercício, Conselheira ANILCEIA MACHADO, interrompeu os trabalhos desta assentada e convocou Sessão Extraordinária, realizada em seguida, para que o Tribunal apreciasse, na forma do disposto no art. 97, parágrafo 1º, da LO/TCDF, matéria sigilosa, reabrindo-os em seguida.

Para relatar os processos de sua responsabilidade e o de nº 8293/07, que contém voto de vista, a Presidente em exercício passou a direção dos trabalhos ao Conselheiro MANOEL DE ANDRADE, reassumindo-a em seguida.

Nada mais havendo a tratar, às 18h40, a Presidência declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, OLAVO FELICIANO MEDINA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata - contendo 82 processos que, lida e achada conforme, vai assinada pela Presidente em exercício, Conselheiros e representante do Ministério Público junto à Corte.

MANOEL PAULO DE ANDRADE NETO - ANTONIO RENATO ALVES RAINHA - ANILCEIA LUZIA MACHADO - PAULO TADEU VALE DA SILVA - MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

ACÓRDÃO Nº 261/2013.

Ementa: Representação nº 02/2007-MF. Irregularidades no Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF. Descumprimento de decisão plenária, sem justificativas. Aplicação de multa. Notificação do responsável.

Processo: TCDF 21.313/2007.

Nome/Função: MARCO ANTÔNIO TOFETTI CAMPANELLA, Diretor-Geral da DFTRANS.

Jurisdicionada: Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS.

Relator: Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA.

Unidade Técnica: Secretaria de Acompanhamento.

Representante do Ministério Público: Procuradora Márcia Farias.

Impropriedades ou falhas apuradas: descumprimento injustificado do disposto no item III da Decisão nº 3.752/2011, por meio do qual esta Corte de Contas demandou determinações ao DFTRANS.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais). Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pelo Relator, com fundamento no art. 57, IV, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c art. 182, VIII, do RITCDF, em aplicar ao responsável a multa no valor acima indicado, como também determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 26 e 29, do mesmo diploma legal.

Ata da Sessão Ordinária nº 4635, de 24.09.2013.

Presentes os Conselheiros Manoel de Andrade, Renato Rainha e Paulo Tadeu.

Decisão tomada por unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque. ANILCEIA LUZIA MACHADO, Presidente em exercício; ANTONIO RENATO ALVES RAINHA, Conselheiro-Relator; DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF.

ACÓRDÃO Nº 262/2013.

Ementa: análise formal dos Contratos Emergenciais nºs 08, 09, 10, 11, 13 e 14/08 celebrados pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal, por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, para a prestação de serviços de limpeza pública. Imprudência das razões de justificativa. Aplicação de multa. Quitação à responsável.

Processo: 23.353/08.

Nome: Srª MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO CÔ.

Órgão: Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal - SLU.

Relatora: Conselheira Anilceia Machado.

Unidade Técnica: Secretaria de Acompanhamento.

Representante do Ministério Público: Procuradora Márcia Farias.

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em vista as conclusões da Unidade Técnica, acordam os Conselheiros, nos termos do voto proferido pela Relatora, com fulcro no art. 28 da LC nº 01/94, em expedir quitação em favor da responsável acima indicada, quanto à multa aplicada por meio da Decisão nº 830/13 e do Acórdão nº 041/13.

Ata da Sessão Ordinária nº 4635, de 24.09.2013.

Presentes os Conselheiros Renato Rainha, Anilceia Machado e Paulo Tadeu.

Decisão tomada por unanimidade.

Representante do MPJTCDF presente: Procurador-Geral Demóstenes Tres Albuquerque. Presidiu a Sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. MANOEL DE ANDRADE, Conselheiro; ANILCEIA LUZIA MACHADO, Conselheira-Relatora; DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCDF.

RETIFICAÇÃO

Na Decisão nº 4551/2013, proferida no Processo 32728/2006, relatado pelo Conselheiro ANTONIO RENATO ALVES RAINHA, apreciado na Sessão Ordinária nº 4633, de 17.09.13, publicada no DODF nº 199, edição de 25 de setembro de 2013, Seção I, página 23, na parte ONDE SE LÊ: "...Pensão militar instituída por JOSÉ LIBERATO DE SOUZA-SES...", LEIA-SE: "...Pensão militar instituída por JOSÉ LIBERATO DE SOUZA-SE...".



**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO
DISTRITO FEDERAL**

Relatório de Fiscalização e Controle em
função do Requerimento nº 2718, de
2013, que “Requer a fiscalização e o
controle das ações executadas no
Transporte Urbano do Distrito Federal –
DFTRANS”.

RELATORA: Deputada Eliana Pedrosa

I – RELATÓRIO:

Nos termos do Requerimento de Fiscalização e Controle nº 01/2013 aprovado por esta Comissão no dia 22 de agosto de 2013 e convertido para o Requerimento nº 2718, de 2013, fui designada relatora da matéria, devendo como tal dar cumprimento ao Plano de Execução que tem como objetivo avaliar a governança referente às ações executadas pelo DFTRANS nos anos de 2011 a 2013.

Para tal, expedi os seguintes Ofícios anexos:

- Nº 114, de 07 de outubro de 2013, ao Secretário de Estado de Transporte, recebido no dia 11 de outubro de 2013, às 09h50min horas, comunicando o início dos trabalhos de fiscalização dos atos especificados no Plano de Execução junto ao DFTRANS, onde solicitávamos contar com o apoio da pasta para que essas atividades transcorressem na mais completa normalidade;

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 / 2013
Folha nº 28
Matrícula: 16839 Rubrica: EV.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



- Nº 115, de 07 de outubro de 2013, ao Diretor-Geral do DFTRANS, Senhor **MARCO ANTÔNIO TOFETTI CAMPANELLA**, recebido no dia 11 de outubro de 2013, comunicando igualmente que realizaríamos fiscalização no órgão, de acordo com o Plano de Execução, onde solicitávamos disponibilidade das cópias dos processos ali especificados aos técnicos que se apresentariam no dia 14 de outubro de 2013, às 15 horas.

No dia 14 de outubro de 2013, às 15 horas, os técnicos **ADRIANO SANCHES SÃO PEDRO** – Mat. 19167 e **JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA**, Mat. 14394, se apresentaram no DFTRANS, sendo recebidos pelo Senhor **JÚLIO CESAR DOS SANTOS**, Chefe de Gabinete, que informou ter encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, na pessoa desta Relatora, um Ofício de nº 1399, de 14 de outubro de 2013, solicitando a prorrogação do prazo para que a autarquia pudesse disponibilizar todas as cópias dos processos objeto do Plano de Execução, bem como especificar a equipe que se apresentaria. **Na oportunidade ficou acertado que as cópias dos processos seriam disponibilizadas no dia 17 de outubro de 2013.**

No dia 15 de outubro de 2013, foi protocolado no DFTRANS o Ofício nº 118, de 15 de outubro de 2013, informando os nomes da equipe que fariam os trabalhos junto à Autarquia, bem como **dando o prazo até o dia 18 de outubro de 2013 para entrega das referidas cópias.**

No dia 17 de outubro de 2013, foi protocolado no DFTRANS o ofício nº 120, de 17 de outubro de 2013, com base no inciso XVI do art. 60, da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 1º da Lei nº 3.276, de 31 de dezembro de 2003, que garante aos interessados acesso a qualquer informação da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, solicitando cópia de inteiro teor de outro processo em aditamento ao Plano de Execução do citado Requerimento de Fiscalização.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 / 2013
Folha nº 29
Matrícula: 16839 Rubrica:



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



Na data marcada pela equipe que faria o trabalho e o Chefe de Gabinete da Autarquia, os técnicos foram ao DFTRANS, mas não foram recebidos pelo Senhor Júlio Cesar dos Santos, mas por sua secretária na recepção do prédio, onde ela explicou que o Chefe de Gabinete não tinha mais autorização para tratar desse assunto e que doravante seria com o servidor de nome Samuel, chefe da área jurídica do DFTRANS. Perguntado se ele poderia receber a equipe, a funcionária falou que ele não trataria desse assunto no momento e que iria oficializar a deputada relatora sobre os novos procedimentos a serem adotados a partir de então.

Após **várias tentativas** de contato por meio telefônico, não alcançamos êxito, pois o chefe de gabinete não mais atendia nossas ligações.

Cabe ressaltar também, que foi aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da Comissão, em 26 de setembro de 2013, o Requerimento de Informação nº 2828/2013, que solicita informações ao Diretor-Geral do DFTRANS sobre a utilização e controle do passe livre estudantil. Este Requerimento foi enviado pela Comissão à Mesa Diretora da Câmara que encaminhou o Requerimento ao DFTRANS em 13 de novembro de 2013. Até a presente data ainda não houve resposta.

Na 6ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 17 de outubro de 2013, foi aprovado o Requerimento nº 2830/2013 que tratava da convocação do Diretor-Geral do DFTRANS para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições à frente do órgão, em especial aos tópicos objeto da Representação protocolada nesta Casa pela Associação dos Auditores Fiscais de Transportes do DF – ASSEFIT.

No dia 23 de outubro, foi protocolado no DFTRANS o ofício nº 39/2013/CFGTC, de 21 de outubro de 2013, convocando o Diretor-Geral a prestar pessoalmente informações e esclarecimentos sobre a Representação protocolada nesta Comissão.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RA nº 2718/2013
Folha nº 30
Matrícula: 16839 Rubrica: 67.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



Na 7ª Reunião Ordinária da Comissão, ocorrida em 31 de outubro de 2013, o Diretor-Geral do DFTRANS compareceu para prestar informações e esclarecimentos.

Na referida reunião, conforme notas taquigráficas, o Diretor-Geral afirmou textualmente: *“quero hoje ainda, no máximo amanhã, disponibilizar, inclusive por meio eletrônico, toda a documentação solicitada, Sr. Presidente”*.

Tendo em vista o não recebimento dos processos nos prazos acordados solicitei ao Senhor Presidente da Comissão que oficiasse o DFTRANS.

Neste sentido, no dia 05 de novembro, foi protocolado no DFTRANS, o ofício nº 42/2013/CFGTC solicitando cópia de todos os processos resultantes de sindicâncias e tomadas de contas especiais e o ofício nº 43/2013/CFGTC reiterando a solicitação de cópia dos processos constantes do Plano de Execução do Requerimento nº 2718/2013.

No dia 26 de novembro, foi protocolado no DFTRANS, o ofício nº 45/2013/CFGTC dando prazo final ao órgão até o **dia 06 de dezembro de 2013** para encaminhar todos os processos solicitados uma vez que até aquela data **somente 4 processos** haviam dado entrada na Comissão.

Esgotado todos os prazos, somente os seguintes processos foram enviados à Comissão: nº 0098.003135/2013, nº 0098.003718/2013 apensado ao de nº 0098.006670/2012, nº 0098.000777/2012 e nº 0098.004.302/2012.

É o relatório.

II – DOS FATOS:

Cabe a esta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, nos termos do Art. 69-C, sem prejuízo das atribuições conferidas às demais comissões permanentes e temporárias e à Mesa Diretora exercer a

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RR nº 2718/2013
Folha nº 31
Matrícula: 16839 Rubrica: EL.



fiscalização e o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, consoante disposto no art. 60, XVI e § 1º, e nos arts. 68, 77, 79 e 155, todos da Lei Orgânica, e arts. 225 e 226 do Regimento Interno, **podendo, para esse fim realizar, diretamente ou com o apoio do TCDF, inspeções, auditorias e diligências a órgãos e instituições necessárias à elucidação de ato objeto de fiscalização e controle.**

A fiscalização objeto do Requerimento nº 2718, de 2013, **não pôde ser realizada** já que o DFTRANS demonstrou falta de interesse em prestar contas, negando a responder ou disponibilizar todas as informações solicitadas. Essa é uma prática que vem se consolidando naquela Autarquia, senão vejamos:

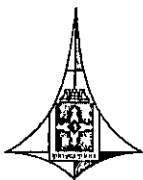
- No **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 01/2011 da Secretaria de Estado de Transparência e Controle** referente ao Processo nº 0480-000.848/2011, na página nº 01, é dito na parte introdutória – item 3 – que *“A direção da entidade não nos prestou diversas informações impondo restrição quanto aos métodos e à extensão dos trabalhos, visto que, diversas solicitações de auditoria e de ações corretivas não foram atendidas, fato que prejudicou o andamento dos trabalhos”*.
- No mesmo Relatório de Inspeção no item 25 parte relativa à **“SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA SEM RESPOSTA POR PARTE DA UNIDADE”** é afirmado que *“Como é sabido, a prestação de contas não é faculdade do administrador da coisa pública, o dever de prestar conta está intimamente ligado com o regime republicano e é decorrente direto deste, estando capitulado no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Assim não pode a Diretoria da DFTRANS se*

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RO nº 2718/2013

Folha nº 32

Matrícula: 16839 Ruthira, P.D.



negar a responder os questionamentos dessa Secretaria de Transparência e Controle (grifo nosso) como ocorreu durante os trabalhos de campo dessa auditoria. Tal situação contraria o disposto no Decreto nº 27.815/2007, in verbis: Art. 4º Os Ordenadores de Despesa das Unidades Gestoras deverão cumprir, dentro do prazo previamente estabelecido, as solicitações emanadas da Corregedoria Geral do Distrito Federal, por ocasião da realização de auditorias regulares ou especiais”.

- No dia 29 de julho de 2013, DODF nº 154, página 41, o TCDF publicou o Acórdão de nº 174/2013, multando no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) o Senhor **MARCO ANTONIO TOFETTI CAMPANELLA** pelo **não atendimento da diligência** determinada pela Decisão nº 2.698/2012, reiterada nos termos da Decisão nº 3.899/2012.
- No dia 3 de outubro de 2013, o TCDF, por meio do Acórdão nº 261/2013, publicado no DODF nº 206, página 23, multou o Senhor **MARCO ANTONIO TOFETTI CAMPANELLA** em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) pelo **descumprimento injustificado** do disposto no item III da Decisão nº 3.752/2011, por meio da qual a Corte demandou determinações ao DFTRANS.

III – CONCLUSÃO:

Nos termos do art. 77 da Lei Orgânica, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 / 2013
Folha nº 33
Matrícula: 16839 Rubrica: EL.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



O Parágrafo único do mesmo artigo estabelece que **prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos** ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou quem, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

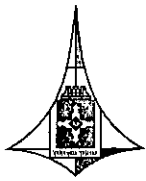
Os Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência estabelecidos no art. 37 da Constituição da República são de observância obrigatória à administração pública, direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os Princípios, tais como as regras, são normas jurídicas, estas de menor abrangência, pois servem para regular o caso concreto, enquanto, aquelas têm maior abrangência por servir de parâmetro para a administração pública.

Os princípios constitucionais da Carta Magna de 1988, em tese, deveriam ser observados corretamente, sem precisar de regulamentação.

A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como *Lei da Improbidade Administrativa*, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, alcança todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido com 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RR nº 2718/2013
Folha nº 34
Matrícula: 16831 Rubrica: EK



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



Portanto, as disposições constantes da Lei nº 8.429/92, referentes a atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito (art. 9º), que causem prejuízo ao erário (art. 10) ou que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11), aplicam-se a qualquer administrador público.

O art. 11 da Lei nº 8.429/92, abarca aqueles casos que não foram tipificados nos arts. 9º e 10. Desta forma, o ato e atividade do administrador público deve estar em estreita consonância com a lei e a moral e, deve ser legítimo e honesto.

Ainda sob análise os incisos I a VII, do art 11, *in verbis*:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, (grifo nosso) e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, (grifo nosso) indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

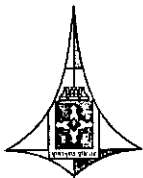
IV - negar (grifo nosso) publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas (grifo nosso) quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RR nº 2718 12013
Folha nº 35
Matrícula: 16839 Rubrica:



política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

A mesma Lei, no capítulo III – Das Penas, em seu art. 12 estabelece:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).

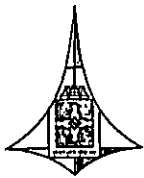
.....

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, (grifo nosso) suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Pela legislação posta, **não é facultado** ao Administrador Público a prestação de contas. É dever! Mas esse dever não vem sendo observado pela Diretoria-Geral do DFTRANS. Ela se nega a responder os questionamentos desta Casa, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Transparência e Controle e da própria Carreira de Auditoria de Transportes do órgão.

Assim, entendemos ser cabível a promoção de **REPRESENTAÇÃO** desta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle,

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 12013
Folha nº 36
Matrícula: 16831 Rubrica:

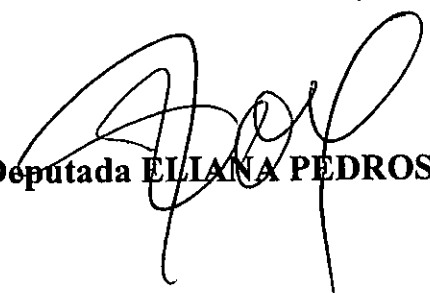


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Eliana Pedrosa



dirigida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por ato de improbidade administrativa, imputável ao Diretor-Geral do DFTRANS, a fim de que o *Parquet* proceda como de direito, oferecendo, caso entenda pertinente, ação civil pública por ato de improbidade administrativa perante a justiça local do Senhor Marco Antonio Tofetti Campanella.

Sala das Comissões,

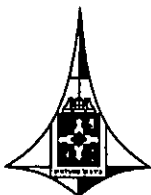

Deputada ELIANA PEDROSA

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RA nº 2718 / 2013

Folha nº 37

Matrícula: 16839 Rubrica: EL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE



FOLHA DE VOTAÇÃO

RELATÓRIO FINAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO REQUERIMENTO Nº 2718/2013

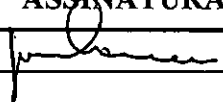
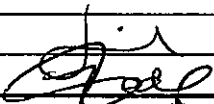
"Requer a fiscalização e o controle das ações executadas no transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS."

AUTORIA: Comissão de Fiscalização, Governança, transparência e Controle – CFGTC.

RELATORA: Deputada Eliana Pedrosa

RELATÓRIO: Entende ser cabível a promoção de Representação desta CFGTC, dirigida ao Ministério Público do Distrito federal e Territórios, por ato de improbidade administrativa, imputável ao Diretor-Geral do DFTRANS, a fim de que o *Parquet* proceda como de direito, oferecendo, caso entenda pertinente, ação civil pública por ato de improbidade administrativa perante a justiça local.

Assinam e votam o relatório os (as) Deputados(as):

TITULARES	Presidente	ACOMPANHAMENTO				ASSINATURA
		Favorável	Contrário	Abstenção	Ausente	
Joe Valle	P	X				
Wellington Luiz					X	
Arlete Sampaio					X	
Chico Leite		X				
Eliana Pedrosa	R	X				
SUPLENTES		ACOMPANHAMENTO				
Luzia de Paula						
Agaciel Maia						
Chico Vigilante						
Evandro Garla						
Celina Leão						
	TOTAIS	03			02	

☒ Concedido Vista ao(s) Deputado(s): _____ Em: ____/____/____

☐ Emendas apresentadas na reunião: _____

RESULTADO:

- ☒ APROVADO ☒ Parecer do relator
- ☐ Voto em separado – Deputado _____
- ☐ REJEITADO Relator do parecer do vencido – Deputado _____

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, em 24/04/2014

Deputado Joe Valle
Presidente da CFGTC


Comissão de Fiscalização,
Governança, Transparência e
Controle
Relatório Final do RQ
nº 2718/2013

FL nº 38 Rubrica

Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2014.

Aos 10 dias do mês de abril do ano de 2014, às quinze horas, na Sala de Reunião das Comissões, o Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC, Deputado Joe Valle, abriu a 1ª Reunião Ordinária da Comissão. Presente somente o Presidente, Deputado Joe Valle, que realizou a leitura dos itens de pauta que seriam deliberados, caso houvesse quórum. Além disso, o Presidente, Deputado Joe Valle, comunicou: "eu queria deixar registrado aqui que nós já havíamos adiado o horário do início da reunião, em função de pedido dos membros da própria Comissão. O horário estava marcado para 14 horas, e nós adiamos para iniciar às 14h30min. Agora são 15h. Peço que a Secretaria registre isso". Assim, por falta de quórum, não havendo mais nada a tratar, o Presidente, Deputado Joe Valle, declarou encerrada a presente reunião às 15 horas e 04 minutos. Eu, João Carlos Martins Neto, Secretário da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle da Câmara Legislativa do Distrito Federal, lavrei a presente ata que, depois de lida e assinada pelo Presidente, Deputado Joe Valle, e pelos demais deputados membros desta Comissão, será enviada à publicação.


DEPUTADO JOE VALLE
Presidente - CFGTC
JOÃO CARLOS MARTINS NETO

RESULTADO DE PAUTA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2014, ÀS 14h49min NA SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES.

I - EXPEDIENTES

1. Leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada em 26/03/2014.
Resultado: Ata aprovada.
2. Leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária, realizada em 10/04/2014.
Resultado: Ata aprovada.
3. Apreciação do Requerimento nº 01/2014 da CFGTC que requer a realização de Audiências Públicas, ao longo de 2014, para debater os Relatórios Quadrimestrais de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do DF, tendo por base a Lei Complementar nº 141/2012.
Resultado: Requerimento aprovado.
4. Apreciação da Nota Técnica nº 01/2014 - CFGTC, referente à atividade 3 do Plano Anual de Trabalho 2013 da Comissão, cujo objetivo foi a "Avaliação do Cumprimento das Ações Previstas no Plano Distrital de Enfrentamento do Crack e Outras Drogas".
Resultado: Deliberado pelos parlamentares para que a Secretaria disponibilize a Nota Técnica aos demais membros da Comissão para que ofereçam sugestões ao estudo realizado.

5. Representações encaminhadas à comissão:

- 5.1 Memorando nº 021/2014 - Gabinete Deputada Eliana Pedrosa, que: "Comunica ocultação de informação argumentária".
Resultado: Acatado. Para apreciação e as devidas providências pela Secretaria da Comissão.
- 5.2 "Denúncia sobre construção supostamente irregular na ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) da Granja do Ipê".
Resultado: Acatada. Para apreciação e as devidas providências pela Secretaria da Comissão.

II - MATÉRIAS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

1. PROJETO DE LEI Nº 1395/2013

"DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DE NOTAS FISCAIS ELETRÔNICAS (NF-E) NAS OPERAÇÕES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AUTOR: Deputado Chico Leite
RELATORA: Deputada Eliana Pedrosa
PARECER: Pela Aprovação do projeto de lei.
RESULTADO: Aprovado.

2. PROJETO DE LEI Nº 1818/2014

"Altera a Lei nº 3.184, de 29 de agosto de 2003, que regulamenta os §§ 1º e 2º do art. 22 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

AUTOR: Poder Executivo
RELATORA: Deputada Arlete Sampaio
PARECER: Pela Aprovação do projeto de lei.
RESULTADO: Foi concedido vistas do Projeto de Lei à Deputada Eliana Pedrosa.

3. RELATÓRIO FINAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO REQUERIMENTO Nº 3218/2013

"Requer a fiscalização e o controle das ações executadas no Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS"

Autoria: Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC.
Relatora: Deputada Eliana Pedrosa

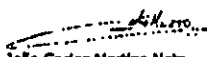
Relatório: Entende ser cabível a promoção de Representação desta CFGTC, dirigida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por ato de improbidade administrativa, imputável ao Diretor-Geral do DFTRANS, a fim de que o Parquet proceda como de direito, oferecendo, caso entenda pertinente, ação civil pública por ato de improbidade administrativa perante a justiça local.
Resultado: Aprovado.

RESULTADO DA EXTRAPAUTA

1 Representação encaminhada à Comissão:

- 1.1 Memorando nº 038/2014 - Gabinete Deputada Eliana Pedrosa, que: "Comunica omissão de informação".

Resultado: Acatado. Para apreciação e as devidas providências pela Secretaria da Comissão.


João Carlos Martins Neto
Secretário da Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 6ª LEGISLATURA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2014.

Aos 26 dias do mês de março do ano de 2014, às quatorze horas e quarenta e nove minutos, na Sala de Reunião das Comissões, o Presidente da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle - CFGTC, Deputado Joe Valle, abriu a 2ª Reunião Extraordinária da Comissão. Presentes os Deputados Wellington Luiz, Arlete Sampaio e Eliana Pedrosa. O Presidente, Deputado Joe Valle, agradeceu a presença dos Deputados e os consultou quanto à Ata relativa à 8ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 12/12/2013 e a Ata da 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 11/03/2014. As Atas foram aprovadas, sem objeções, por quatro votos favoráveis e uma ausência. Em seguida, o Presidente colocou em discussão e votação o Item 3 da Pauta, que trata da proposta de calendário das reuniões ordinárias da CFGTC para o ano de 2014. Resultado: Calendário aprovado por quatro votos favoráveis e uma ausência, sendo que, as reuniões serão realizadas quinzenalmente, nas quintas-feiras, às quatorze horas e trinta minutos. Dando continuidade, em relação ao Item 4 da Pauta, que trata da "Apreciação do Requerimento nº 01/2014 da CFGTC que requer a realização de Audiências Públicas, ao longo de 2014, para debater os Relatórios Quadrimestrais de Gestão da Secretaria de Estado de Saúde do DF, tendo por base a Lei Complementar nº 141/2012". Resultado: O Item não foi objeto de deliberação e será apreciado na próxima reunião da CFGTC. Item 5.1 da Pauta, que trata do "Memorando nº 168/2013 - Gabinete do Deputado Roberio Negreiros: encaminha para apreciação da Comissão Informações sobre empresa contratada para desenvolver projeto do Setor Habitacional Vicente Pires". Resultado: Acatado. Para apreciação e as devidas providências pela Secretaria da Comissão. Item 5.2 da Pauta, que trata do "Ofício nº 1, de 19/11/2013 - Conselho de Desenvolvimento Rural do Lago Norte: solicita providências à Comissão no que diz respeito à transparência por parte do Poder Público em relação aos seus planos para os Núcleos Rurais do Lago Norte, dentro da UIOS". Resultado: Acatado. Para apreciação por esta Comissão e, dada a natureza da matéria, haverá atuação conjunta com Comissão de Assuntos Fundiários - CAF. Item 5.3 da Pauta, que trata do "Requerimento nº 003/2013 - Associação dos Produtores do Núcleo Rural de Taguatinga - APRONTAG: solicita providências da Comissão no que diz respeito à informações sobre a poligonal da unidade de conservação denominada Área de Relevante Interesse Ecológico Juscelino Kubitschek - ARIE JK". Resultado: Em razão da natureza da matéria, o requerimento será remetido à Comissão de Assuntos Fundiários - CAF para análise e providências que entender pertinentes. Dando prosseguimento aos trabalhos, foi apreciado o Projeto de Lei nº 1402/2013, de autoria do Deputado Roberio Negreiros e relatoria do Deputado Chico Leite, que: "DISPÕE SOBRE A EXIGÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO NA NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO E RESULTADO DE RECURSO CONTRA A PENALIDADE POR INFRAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO, DE COMPETÊNCIA DISTRITAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Parecer: pela aprovação do projeto de lei. Resultado:

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 02/06/14
Último Dia: 13/06/14

- PROJETO DE LEI nº 1.935/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ELIANA PEDROSA, que dispõe sobre o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira - PDAF.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 09/06/14
Último Dia: 25/06/14

- PROJETO DE LEI nº 1.936/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) JOE VALLE, que institui e inclui no Calendário de Eventos do Distrito Federal o Dia da Sukyo Mahikari a ser comemorado em 27 de fevereiro.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 10/06/14
Último Dia: 27/06/14

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO

- PROJETO DE LEI nº 1.929/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ALÍRIO NETO, que cria o *Selo Escola Amiga do Meio Ambiente*, no âmbito do Distrito Federal.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 03/06/14
Último Dia: 16/06/14

- PROJETO DE LEI nº 1.937/2014, de autoria do(a)s Sr(a)s Deputado(a) ROBÉRIO NEGREIROS, que institui a obrigatoriedade da coleta seletiva de lixo em feiras permanentes realizadas em ambientes fechados ou abertos, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

PRAZO PARA EMENDAS

1º Dia: 10/06/14
Último Dia: 27/06/14

NOTA - De acordo com o art. 147, do RI/CLDF, o prazo para apresentação de emendas junto às Comissões é de dez dias úteis.

Comissão de Constituição e Justiça

CONVOCAÇÃO

O Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, Deputado Chico Leite, nos termos do artigo 56, inciso II, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tem a honra de convocar os Senhores Deputados membros desta Comissão, os demais parlamentares desta Casa e o público em geral para a Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 1755/2013, que "define parâmetros urbanísticos para a implantação de Estações Transmissoras de Radiotelecomunicações - ETR no Distrito Federal e dá outras providências", a realizar-se no dia 17 de junho de 2014, terça-feira, às 9h30, na Sala de Reunião das Comissões, localizada no Térreo Superior desta Casa.

Solicitamos aos Senhores Deputados que, na impossibilidade de seu comparecimento, comuniquem o fato a seus respectivos suplentes para fins de substituição.

Brasília, 11 de junho de 2014.

Paulo Eduardo Pinto de Almeida
Secretário - CCJ
Matrícula nº 16755-10

DESIGNAÇÃO DE RELATORES

De ordem do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, Deputado Chico Leite, nos termos do art. 78, inciso VI, do Regimento Interno da CLDF, informamos que as proposições a seguir relacionadas foram distribuídas aos membros desta Comissão para proferir parecer como resultado de sorteio realizado com a presença das assessorias dos Deputados titulares em 11.06.2014, às 16h00.

PARA PARECER: 5 dias úteis, a partir de 12/06/2014

DEPUTADO CHICO LEITE	DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS	DEPUTADA ELIANA PEDROSA	DEPUTADO AYLTON GOMES	DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES
*****	*****	PELO 69/2014	*****	*****

PARA PARECER: 10 dias úteis, a partir de 12/06/2014

DEPUTADO CHICO LEITE	DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS	DEPUTADA ELIANA PEDROSA	DEPUTADO AYLTON GOMES	DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES
PL 1523/2013	PL 1522/2013	*****	PL 1353/2013	PL 717/2012
*****	PR 76/2014	*****	*****	PR 77/2014

Paulo Eduardo Pinto de Almeida
Secretário - CCJ
Matrícula nº 16755-10

Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle

DISTRITO FEDERAL

Relatório de Fiscalização e Controle em função do Requerimento nº 2718, de 2013, que "Requer a fiscalização e o controle das ações executadas no Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS".

RELATORA: Deputada Eliana Pedrosa

I - RELATÓRIO:

Nos termos do Requerimento de Fiscalização e Controle nº 01/2013 aprovado por esta Comissão no dia 22 de agosto de 2013 e convertido para o Requerimento nº 2718, de 2013, fui designada relatora da matéria, devendo como tal dar cumprimento ao Plano de Execução que tem como objetivo avaliar a governança referente às ações executadas pelo DFTRANS nos anos de 2011 a 2013.

Para tal, expedi os seguintes Ofícios anexos:

- Nº 114, de 07 de outubro de 2013, ao Secretário de Estado de Transporte, recebido no dia 11 de outubro de 2013, às 09h50min horas, comunicando o início dos trabalhos de fiscalização dos atos



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Randal Martins Junqueira
Editora Executiva: Francilaine Munhoz de Moraes - Reg. Prof. 2461/13/08 - MTb-DF
Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração - Impressão: Seção de Produção Gráfica
Praça Municipal - Quadra 2 - Lote 5 - CEP: 70 094-902 - Brasília - DF - www.d.f.gov.br

especificados no Plano de Execução junto ao DFTRANS, onde solicitávamos contar com o apoio da pasta para que essas atividades transcorressem na mais completa normalidade;

- Nº 115, de 07 de outubro de 2013, ao Diretor-Geral do DFTRANS, Senhor MARCO ANTÔNIO TOFETTI CAMPANELLA, recebido no dia 11 de outubro de 2013, comunicando igualmente que realizaríamos fiscalização no órgão, de acordo com o Plano de Execução, onde solicitávamos disponibilidade das cópias dos processos ali especificados aos técnicos que se apresentariam no dia 14 de outubro de 2013, às 15 horas.

No dia 14 de outubro de 2013, às 15 horas, os técnicos ADRIANO SANCHES SÃO PEDRO – Mat. 19167 e JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA, Mat. 14394, se apresentaram no DFTRANS, sendo recebidos pelo Senhor JÚLIO CESAR DOS SANTOS, Chefe de Gabinete, que informou ter encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, na pessoa desta Relatora, um Ofício de nº 1399, de 14 de outubro de 2013, solicitando a prorrogação do prazo para que a autarquia pudesse disponibilizar todas as cópias dos processos objeto do Plano de Execução, bem como especificar a equipe que se apresentaria. Na oportunidade ficou acertado que as cópias dos processos seriam disponibilizadas no dia 17 de outubro de 2013.

No dia 15 de outubro de 2013, foi protocolado no DFTRANS o Ofício nº 118, de 15 de outubro de 2013, informando os nomes da equipe que fariam os trabalhos junto à Autarquia, bem como dando o prazo até o dia 18 de outubro de 2013 para entrega das referidas cópias.

No dia 17 de outubro de 2013, foi protocolado no DFTRANS o ofício nº 120, de 17 de outubro de 2013, com base no inciso XVI do art. 60, da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 1º da Lei nº 3.276, de 31 de dezembro de 2003, que garante aos interessados acesso a qualquer informação da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, solicitando cópia de inteiro teor de outro processo em aditamento ao Plano de Execução do citado Requerimento de Fiscalização.

Na data marcada pela equipe que faria o trabalho e o Chefe de Gabinete da Autarquia, os técnicos foram ao DFTRANS, mas não foram recebidos pelo Senhor Júlio Cesar dos Santos, mas por sua secretária na recepção do prédio, onde ela explicou que o Chefe de Gabinete não tinha mais autorização para tratar desse assunto e que doravante seria com o servidor de nome Samuel, chefe da área jurídica do DFTRANS. Perguntado se ele poderia receber a equipe, a funcionária falou que ele não trataria desse assunto no momento e que iria oficializar a deputada relatora sobre os novos procedimentos a serem adotados a partir de então.

Após várias tentativas de contato por meio telefônico, não alcançamos êxito, pois o chefe de gabinete não mais atendia nossas ligações.

Cabe ressaltar também, que foi aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da Comissão, em 26 de setembro de 2013, o Requerimento de Informação nº 2828/2013, que solicita informações ao Diretor-Geral do DFTRANS sobre a utilização e controle do passe livre estudantil. Este Requerimento foi enviado pela Comissão à Mesa Diretora da Câmara que encaminhou o Requerimento ao DFTRANS em 13 de novembro de 2013. Até a presente data ainda não houve resposta.

Na 6ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 17 de outubro de 2013, foi aprovado o Requerimento nº 2830/2013 que tratava da convocação do Diretor-Geral do DFTRANS para prestar informações sobre assuntos

inerentes às suas atribuições à frente do órgão, em especial aos tópicos objeto da Representação protocolada nesta Casa pela Associação dos Auditores Fiscais de Transportes do DF – ASSEFIT.

No dia 23 de outubro, foi protocolado no DFTRANS o ofício nº 39/2013/CFGTC, de 21 de outubro de 2013, convocando o Diretor-Geral a prestar pessoalmente informações e esclarecimentos sobre a Representação protocolada nesta Comissão.

Na 7ª Reunião Ordinária da Comissão, ocorrida em 31 de outubro de 2013, o Diretor-Geral do DFTRANS compareceu para prestar informações e esclarecimentos.

Na referida reunião, conforme notas taquigráficas, o Diretor-Geral afirmou textualmente: *“quero hoje ainda, no máximo amanhã, disponibilizar, inclusive por meio eletrônico, toda a documentação solicitada, Sr. Presidente”*.

Tendo em vista o não recebimento dos processos nos prazos acordados solicitei ao Senhor Presidente da Comissão que oficiasse o DFTRANS.

Neste sentido, no dia 05 de novembro, foi protocolado no DFTRANS, o ofício nº 42/2013/CFGTC solicitando cópia de todos os processos resultantes de sindicâncias e tomadas de contas especiais e o ofício nº 43/2013/CFGTC reiterando a solicitação de cópia dos processos constantes do Plano de Execução do Requerimento nº 2718/2013.

No dia 26 de novembro, foi protocolado no DFTRANS, o ofício nº 45/2013/CFGTC dando prazo final ao órgão até o dia 06 de dezembro de 2013 para encaminhar todos os processos solicitados uma vez que até aquela data somente 4 processos haviam dado entrada na Comissão.

Esgotado todos os prazos, somente os seguintes processos foram enviados à Comissão: nº 0098.003135/2013, nº 0098.003718/2013 apensado ao de nº 0098.006670/2012, nº 0098.008777/2012 e nº 0098.004.302/2012.

É o relatório.

II – DOS FATOS:

Cabe a esta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, nos termos do Art. 69-C, sem prejuízo das atribuições conferidas às demais comissões permanentes e temporárias e à Mesa Diretora exercer a fiscalização e o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, consoante disposto no art. 60, XVI e § 1º, e nos arts. 68, 77, 79 e 155, todos da Lei Orgânica, e arts. 225 e 226 do Regimento Interno, podendo, para esse fim realizar, diretamente ou com o apoio do TCDF, inspeções, auditorias e diligências a órgãos e instituições necessárias à elucidação de ato objeto de fiscalização e controle.

A fiscalização objeto do Requerimento nº 2718, de 2013, não pôde ser realizada já que o DFTRANS demonstrou falta de interesse em prestar contas, negando a responder ou disponibilizar todas as informações solicitadas. Essa é uma prática que vem se consolidando naquela Autarquia, senão vejamos:

- No RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 01/2011 da Secretaria de Estado de Transparência e Controle referente ao Processo nº 0480-000.848/2011, na página nº 01, é dito na parte introdutória – item 3 – que “A direção da entidade não nos prestou diversas informações impondo restrição quanto aos métodos e à extensão dos trabalhos, visto que, diversas solicitações de auditoria e de ações corretivas não foram atendidas, fato que prejudicou o andamento dos trabalhos”.
- No mesmo Relatório de Inspeção no item 25 parte relativa à “SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA SEM RESPOSTA POR PARTE DA UNIDADE” é afirmado que “Como é sabido, a prestação de contas não é faculdade do administrador da coisa pública, o dever de prestar conta está intimamente ligado com o regime republicano e é decorrente direto deste, estando capitulado no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Assim não pode a Diretoria da DFTRANS se negar a responder os questionamentos dessa Secretaria de Transparência e Controle (grifo nosso) como ocorreu durante os trabalhos de campo dessa auditoria. Tal situação contraria o disposto no Decreto nº 27.815/2007, in verbis: Art. 4º Os Ordenadores de Despesa das Unidades Gestoras deverão cumprir, dentro do prazo previamente estabelecido, as solicitações emanadas da Corregedoria Geral do Distrito Federal, por ocasião da realização de auditorias regulares ou especiais”.
- No dia 29 de julho de 2013, DODF nº 154, página 41, o TCDF publicou o Acórdão de nº 174/2013, multando no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) o Senhor MARCO ANTONIO TOFETTI CAMPANELLA pelo não atendimento da diligência determinada pela Decisão nº 2.698/2012, reiterada nos termos da Decisão nº 3.899/2012.
- No dia 3 de outubro de 2013, o TCDF, por meio do Acórdão nº 261/2013, publicado no DODF nº 206, página 23, multou o Senhor MARCO ANTONIO TOFETTI CAMPANELLA em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) pelo descumprimento injustificado do disposto no item III da Decisão nº 3.752/2011, por meio da qual a Corte demandou determinações ao DFTRANS.

III – CONCLUSÃO:

Nos termos do art. 77 da Lei Orgânica, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

O Parágrafo único do mesmo artigo estabelece que prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou quem, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Os Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência estabelecidos no art. 37 da Constituição da República são de observância obrigatória à administração pública, direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os Princípios, tais como as regras, são normas jurídicas, estas de menor abrangência, pois servem para regular o caso concreto, enquanto, aquelas têm maior abrangência por servir de parâmetro para a administração pública.

Os princípios constitucionais da Carta Magna de 1988, em tese, deveriam ser observados corretamente, sem precisar de regulamentação.

A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como *Lei da Improbidade Administrativa*, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, alcança todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido com 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual.

Portanto, as disposições constantes da Lei nº 8.429/92, referentes a atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito (art. 9º), que causem prejuízo ao erário (art. 10) ou que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11), aplicam-se a qualquer administrador público.

O art. 11 da Lei nº 8.429/92, abarca aqueles casos que não foram tipificados nos arts. 9º e 10. Desta forma, o ato e atividade do administrador público deve estar em estreita consonância com a lei e a moral e, deve ser legítimo e honesto.

Ainda sob análise os incisos I a VII, do art 11, *in verbis*:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, (grifo nosso) e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, (grifo nosso) indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV - negar (grifo nosso) publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas (grifo nosso) quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

A mesma Lei, no capítulo III – Das Penas, em seu art. 12 estabelece:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, será o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

(Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).

.....
 III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, (grifo nosso) suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

Pela legislação posta, não é facultado ao Administrador Público a prestação de contas. É dever! Mas esse dever não vem sendo observado pela Diretoria-Geral do DFTRANS. Ela se nega a responder os questionamentos desta Casa, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Transparência e Controle e da própria Carreira de Auditoria de Transportes do órgão.

Assim, entendemos ser cabível a promoção de REPRESENTAÇÃO desta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, dirigida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por ato de improbidade administrativa, imputável ao Diretor-Geral do DFTRANS, a fim de que o Parquet proceda como de direito, oferecendo, caso entenda pertinente, ação civil pública por ato de improbidade administrativa perante a justiça local do Senhor Marco Antonio Tofeti Campanella.

Sala das Comissões,

Deputada ELIANA PEDROSA

Comissão de Defesos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar

CONVOCAÇÃO

De ordem do Deputado Dr. Michel, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, convocamos os membros desta Comissão para a CONTINUAÇÃO da 3ª Reunião Extraordinária, suspensa no dia 21 de maio de 2014, a realizar-se no dia 18 de junho de 2014, às 14 horas, na sala de reunião das Comissões.

Solicitamos ainda que, na impossibilidade de comparecimento do titular, seja providenciada a presença do suplente.

Brasília, 10 de junho de 2014.


 Fernanda Stuart
 Secretária da Comissão

DESIGNAÇÃO DE RELATORIA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, Deputado Roberto Negreiros, nos termos do art. 78, inciso VI do Regimento Interno, Informo que a proposição relacionada foi distribuída ao membro desta Comissão, para proferir parecer no prazo de 12/06/2014 a 26/06/2014:

Deputada
 Eliana Pedrosa
 PL 1916/2014


 Fábio Ruzelra
 Secretário - CDESCTMAT

FOLHA DE VOTAÇÃO					
RELATÓRIO FINAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO REQUERIMENTO Nº 2718/2013 "Requer a fiscalização e o controle das ações executadas no transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS."					
AUTORIA: Comissão de Fiscalização, Governança, transparência e Controle - CFGTC.					
RELATORIA: Deputada Eliana Pedrosa					
RELATÓRIO: Entende ser cabível a promoção de Representação desta CFGTC, dirigida ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por ato de improbidade administrativa, imputável ao Diretor-Geral do DFTRANS, a fim de que o Parquet proceda como de direito, oferecendo, caso entenda pertinente, ação civil pública por ato de improbidade administrativa perante a justiça local.					
Assinam e votam o relatório os (as) Deputados(as):					
TITULARES	Presidente	ACOMPANHAMENTO			ASSINATURA
João Valle	P	Presenciou	Castro	Ausente	
Wellington Luit					
Arlene Sampaio					
Chico Leite					
Eliana Pedrosa	P				
SUPLENTE		ACOMPANHAMENTO			ASSINATURA
Lurda de Paula					
Agostini Maia					
Chico Villante					
Evandro Garcia					
Celina Leão					
TOTALS	03			02	
<input checked="" type="checkbox"/> Concedido Voto ao(s) Deputado(s): _____ Em: ____/____/____ <input type="checkbox"/> Emendas apresentadas na reunião: _____ RESULTADO: <input checked="" type="checkbox"/> APROVADO <input checked="" type="checkbox"/> Parecer do relator <input type="checkbox"/> Voto em separado - Deputado _____ <input type="checkbox"/> REJEITADO Relator do parecer do vencido - Deputado _____ 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA, em 24/04/2014 Deputada Eliana Pedrosa Presidente da CFGTC Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle Relatório Final de RQ nº 2718/2013 PL nº 38 Relator: EL					

Mesa Diretora Gabinete da Mesa Diretora

PORTARIA-GMD Nº 149, DE 11 DE JUNHO DE 2014

O GABINETE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições regimentais que lhe são conferidas, e tendo em vista o contido no Memorando nº 058/2014-Gab.23, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR a utilização do auditório desta Casa no dia 16 de junho do corrente, a partir das 14 horas, para a realização de encontro com alunos da rede pública de ensino do Distrito Federal, professores e servidores em geral.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



EXCELENTÍSSIMA SENHORA PROCURARORA-GERAL DE JUSTIÇA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS,
DOUTORA EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

A Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, órgão colegiado permanente da estrutura da Câmara Legislativa do Distrito Federal, representada neste ato por seu presidente, Deputado Joe Valle, vem à presença de Vossa Excelência apresentar

REPRESENTAÇÃO

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718 / 2013
Folha nº 44
Matrícula: 16839 Rubrica: *eu*

contra o servidor público distrital, Senhor MARCO ANTÔNIO TOFETTI CAMPANELLA, então Diretor-Geral do Transportes Urbanos do Distrito Federal (DFTRANS) por atos praticados durante a sua Gestão à frente da autarquia, período em transcorreram os fatos a seguir narrados.



I - PRELIMINARES

Inicialmente, cumpre consignar que cabe a esta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle (CFGTC), nos termos do Art. 69-C, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal (RICLDF), sem prejuízo das atribuições conferidas às demais comissões permanentes e temporárias e à Mesa Diretora, exercer a fiscalização e o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, consoante disposto no art. 60, XVI e § 1º, e nos arts. 68, 77, 79 e 155, todos da Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), e arts. 225 e 226 do RICLDF, podendo, para esse fim realizar, diretamente ou com o apoio do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), inspeções, auditorias e diligências a órgãos e instituições necessárias à elucidação de ato objeto de fiscalização e controle.

II - DOS FATOS

No exercício do Poder Fiscalizador do Legislativo Distrital, foi aprovado por esta Comissão, em 22 de agosto de 2013, o Requerimento de Fiscalização e Controle nº 01/2013, convertido para o Requerimento nº 2718, de 2013, sendo designada a Deputada Eliana Pedrosa para relatoria da matéria, devendo ela, para tanto, dar cumprimento a Plano de Execução, que teve como objetivo avaliar a governança referente às ações executadas pelo DFTRANS nos anos de 2011 a 2013, período em que o Sr. Marco Antônio Tofetti Campanella dirigiu a autarquia.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RQ nº 2718 / 2013

Folha nº 45

Matrícula: 16839 Rubrica: 42



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Os fatos que se narram a seguir foram obtidos a partir do Relatório de Fiscalização e Controle, anexo, elaborado pela Deputada Relatora do processo de fiscalização em comento, Deputada Eliana Pedrosa, conforme segue:

Iniciados os trabalhos, a Parlamentar expediu os seguintes ofícios:

- Nº 114, de 07 de outubro de 2013, ao Secretário de Estado de Transporte, recebido no dia 11 de outubro de 2013, às 09h50min, comunicando o início dos trabalhos de fiscalização dos atos especificados no Plano de Execução junto ao DFTRANS, no qual se solicitou apoio da pasta para que as atividades transcorressem na mais completa normalidade;
- Nº 115, de 07 de outubro de 2013, ao Diretor-Geral do DFTRANS, Senhor **MARCO ANTÔNIO TOFETTI CAMPANELLA**, recebido no dia 11 de outubro de 2013, comunicando igualmente que seria realizada fiscalização no órgão, de acordo com o Plano de Execução, no qual solicitamos a disponibilização das cópias dos processos ali especificados aos técnicos que se apresentariam no dia 14 de outubro de 2013, às 15 horas.

No dia 14 de outubro de 2013, às 15 horas, os técnicos **ADRIANO SANCHES SÃO PEDRO** – Mat. 19167 e **JOSÉ ADENAUER ARAGÃO LIMA**, Mat. 14394, apresentaram-se no DFTRANS, sendo recebidos pelo Senhor **JÚLIO CESAR DOS SANTOS**, Chefe de Gabinete, que informou ter encaminhado à Câmara Legislativa do Distrito Federal, cuja destinatária foi a Relatora do processo de fiscalização instaurado, Deputada Eliana Pedrosa, o ofício de nº 1399, de 14 de outubro de 2013, solicitando a prorrogação do prazo para que a autarquia disponibilizasse todas as cópias dos processos objeto do Plano de Execução, bem como solicitando especificar a equipe que se apresentaria. Na oportunidade ficou acertado que as cópias dos processos seriam disponibilizadas no dia 17 de outubro de 2013.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RQ nº 2718 / 2013

Folha nº 46



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



No dia 15 de outubro de 2013, foi protocolado no DFTRANS o ofício nº 118, de 15 de outubro de 2013, informando os nomes dos componentes da equipe que faria os trabalhos junto à Autarquia, bem como conferindo prazo até o dia 18 de outubro de 2013 para entrega das referidas cópias.

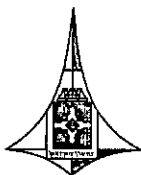
No dia 17 de outubro de 2013, foi protocolado no DFTRANS o ofício nº 120, de 17 de outubro de 2013, com base no inciso XVI do art. 60, da Lei Orgânica do Distrito Federal e art. 1º da Lei nº 3.276, de 31 de dezembro de 2003, que garante aos interessados acesso a qualquer informação da administração pública direta e indireta do Distrito Federal, solicitando cópia de inteiro teor de outro processo em aditamento ao Plano de Execução do citado Requerimento de Fiscalização.

Na data combinada pela equipe que faria o trabalho e pelo Chefe de Gabinete da Autarquia, os técnicos compareceram ao DFTRANS, mas não foram recebidos pelo Senhor Júlio Cesar dos Santos. Sua secretária, na recepção do prédio, explicou que o Chefe de Gabinete não tinha mais autorização para tratar desse assunto e que, doravante, as tratativas seriam com o servidor de nome Samuel, chefe da área jurídica do DFTRANS.

Perguntada se ele poderia receber a equipe, a funcionária falou que ele não trataria desse assunto naquele momento e que iria oficializar à Deputada Relatora sobre a forma como se deveria proceder a partir de então.

Conforme consta do Relatório de Fiscalização e Controle elaborado pela Parlamentar Relatora, após **várias tentativas** de contato por meio telefônico, não se alcançou êxito, pois o chefe de gabinete não mais atendia as ligações.

Ainda, nesse período, precisamente em 26 de setembro de 2013, foi aprovado na 2ª Reunião Extraordinária da Comissão, o Requerimento de Informação nº 2828/2013, que solicita informações ao Diretor-Geral do DFTRANS sobre a utilização e controle do passe livre estudantil. Este Requerimento foi enviado pela Comissão à Mesa Diretora da Câmara que o



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



encaminhou ao DFTRANS em 13 de novembro de 2013, sem que houvesse resposta.

Na 6ª Reunião Ordinária da Comissão, realizada em 17 de outubro de 2013, foi aprovado o Requerimento nº 2830/2013 que tratou da convocação do Diretor-Geral do DFTRANS para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições à frente do órgão, em especial aos tópicos objeto da Representação protocolada nesta Casa pela Associação dos Auditores Fiscais de Transportes do DF – ASSEFIT.

No dia 23 de outubro, foi protocolado no DFTRANS o ofício nº 39/2013/CFGTC, de 21 de outubro de 2013, convocando o Diretor-Geral a prestar pessoalmente informações e esclarecimentos sobre a Representação protocolada nesta Comissão.

Na 7ª Reunião Ordinária da Comissão, ocorrida em 31 de outubro de 2013, o Diretor-Geral do DFTRANS compareceu para prestar informações e esclarecimentos.

Na referida reunião, conforme notas taquigráficas, o Diretor-Geral afirmou textualmente: *“quero hoje ainda, no máximo amanhã, disponibilizar, inclusive por meio eletrônico, toda a documentação solicitada, Sr. Presidente”*.

Tendo em vista o não recebimento dos processos nos prazos acordados, a Relatora solicitou ao Senhor Presidente da Comissão, Deputado Joe Valle, que oficiasse o DFTRANS, para solicitar cópias de todos os processos resultantes de sindicâncias e tomada de contas especiais ocorridos na autarquia.

Neste sentido, no dia 05 de novembro, foi protocolado no DFTRANS, o ofício nº 42/2013/CFGTC solicitando cópia de todos os processos resultantes de sindicâncias e tomadas de contas especiais e o ofício nº 43/2013/CFGTC reiterando a solicitação de cópia dos processos constantes do Plano de Execução do Requerimento nº 2718/2013.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



No dia 26 de novembro, foi protocolado no DFTRANS, o ofício nº 45/2013/CFGTC dando prazo final ao órgão até o **dia 06 de dezembro de 2013** para encaminhar todos os processos solicitados uma vez que até aquela data **somente 04 (quatro) processos** haviam dado entrada na Comissão.

Esgotados todos os prazos, somente os seguintes processos foram enviados à Comissão: nº 0098.003135/2013, nº 0098.003718/2013 apensado ao de nº 0098.006670/2012, nº 0098.000777/2012 e nº 0098.004.302/2012.

Da fiscalização pretendida

Ante o exposto, a fiscalização parlamentar objeto do Requerimento nº 2718, de 2013, não pôde ser realizada já que o DFTRANS demonstrou falta de interesse em prestar contas, negando-se a responder ou disponibilizar todas as informações solicitadas. Essa é uma prática que vem se consolidando naquela Autarquia, senão vejamos:

- No **RELATÓRIO DE INSPEÇÃO Nº 01/2011** da Secretaria de Estado de Transparência e Controle referente ao Processo nº 0480-000.848/2011, na página nº 01, é dito na parte introdutória – item 3 – que “*A direção da entidade não nos prestou diversas informações impondo restrição quanto aos métodos e à extensão dos trabalhos, visto que, diversas solicitações de auditoria e de ações corretivas não foram atendidas, fato que prejudicou o andamento dos trabalhos*”.
- No mesmo Relatório de Inspeção no item 25 parte relativa à “**SOLICITAÇÕES DE AUDITORIA SEM RESPOSTA POR PARTE DA UNIDADE**” é afirmado que “*Como é sabido, a prestação de contas não é faculdade do administrador da coisa pública, o dever de prestar conta está intimamente ligado com o regime republicano e é decorrente direto deste, estando capitulado no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal. Assim não pode a Diretoria da DFTRANS se negar a responder*”.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RA nº 2718 12013



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



os questionamentos dessa Secretaria de Transparência e Controle (grifo nosso) como ocorreu durante os trabalhos de campo dessa auditoria. Tal situação contraria o disposto no Decreto nº 27.815/2007, in verbis: Art. 4º Os Ordenadores de Despesa das Unidades Gestoras deverão cumprir, dentro do prazo previamente estabelecido, as solicitações emanadas da Corregedoria Geral do Distrito Federal, por ocasião da realização de auditorias regulares ou especiais”.

- No dia 29 de julho de 2013, DODF nº 154, página 41, o TCDF publicou o Acórdão de nº 174/2013, multando no valor de R\$ 7.100,00 (sete mil e cem reais) o Senhor **MARCO ANTONIO TOFETTI CAMPANELLA** pelo **não atendimento da diligência** determinada pela Decisão nº 2.698/2012, reiterada nos termos da Decisão nº 3.899/2012.
- No dia 3 de outubro de 2013, o TCDF, por meio do Acórdão nº 261/2013, publicado no DODF nº 206, página 23, multou o Senhor **MARCO ANTONIO TOFETTI CAMPANELLA** em R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) pelo **descumprimento injustificado** do disposto no item III da Decisão nº 3.752/2011, por meio da qual a Corte demandou determinações ao DFTRANS.

II – FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos do art. 77 da Lei Orgânica, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, **mediante controle externo**, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RQ nº 2718 / 2013

Folha nº 50 mat. 16839 qd.

2



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



O Parágrafo único do mesmo artigo estabelece que **prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos** ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou quem, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Os Princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência estabelecidos no art. 37 da Constituição da República são de observância obrigatória à administração pública, direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Os Princípios, tais como as regras, são normas jurídicas, estas de menor abrangência, pois servem para regular o caso concreto, enquanto, aquelas têm maior abrangência por servir de parâmetro para a administração pública.

Os princípios constitucionais da Carta Magna de 1988, em tese, deveriam ser observados corretamente, sem precisar de regulamentação.

A Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, conhecida como *Lei da Improbidade Administrativa*, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências, alcança todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função na administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido com 50% (cinquenta por cento) do patrimônio ou da receita anual.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RQ nº 2718/2013

Folha nº 51 mat. 16839 98.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Portanto, as disposições constantes da Lei nº 8.429/92, referentes a atos de improbidade administrativa que importem enriquecimento ilícito (art. 9º), que causem prejuízo ao erário (art. 10) ou que atentem contra os princípios da Administração Pública (art. 11), aplicam-se a qualquer administrador público.

O art. 11 da Lei nº 8.429/92, abarca aqueles casos que não foram tipificados nos arts. 9º e 10. Desta forma, o ato e atividade do administrador público deve estar em estreita consonância com a lei e a moral e, deve ser legítimo e honesto.

Ainda sob análise os incisos I a VII, do art 11, *in verbis*:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, (grifo nosso) e notadamente:

I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II - retardar ou deixar de praticar, (grifo nosso) indevidamente, ato de ofício;

III - revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

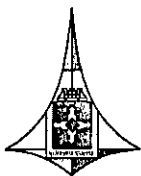
IV - negar (grifo nosso) publicidade aos atos oficiais;

V - frustrar a licitude de concurso público;

VI - deixar de prestar contas (grifo nosso) quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RG nº 2718 / 2013
Folha nº 52 mat. 16839 el.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



A mesma Lei, no capítulo III – Das Penas, em seu art. 12 estabelece:

Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato: (Redação dada pela Lei nº 12.120, de 2009).

.....

III - na hipótese do art. 11, ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, (grifo nosso) suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de três anos.

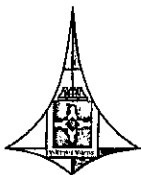
Pela legislação posta, **não é facultado** ao Administrador Público a prestação de contas. É dever! Mas esse dever não vem sendo observado pela Diretoria-Geral do DFTRANS. Ela se nega a responder aos questionamentos desta Casa, do Tribunal de Contas do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Transparência e Controle e da própria Carreira de Auditoria de Transportes do órgão.

Conclusões do Relatório de Fiscalização

Ante o exposto, a Relatora do processo entendeu ser cabível a promoção de **REPRESENTAÇÃO** desta Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, dirigida ao Ministério Público do Distrito Federal e

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC
RQ nº 2718/2013
Folha nº 53
Matrícula: 16839 Rubrica:

2



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA,
TRANSPARÊNCIA E CONTROLE – CFGTC



Territórios, por ato de improbidade administrativa, imputável ao Diretor-Geral do DFTRANS, a fim de que o *Parquet* proceda como de direito, oferecendo, caso entenda pertinente, ação civil pública, perante a Justiça local, por atos de improbidade administrativa cometidos pelo Senhor Marco Antonio Tofetti Campanella.

Decisão da CFGTC

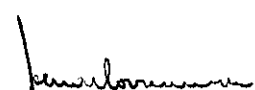
Essa indicação e entendimento foram ratificados pela Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, que aprovou, em 24 de abril de 2014, na 2ª Reunião Ordinário da Comissão, o referido Relatório, que acompanhou o voto da Deputada Eliana Pedrosa, no sentido de promover REPRESENTAÇÃO por atos supostamente ilegais cometidos pelo Diretor-Geral do DFTtans, Senhor Marco Antônio Tofetti Campanella.

III – DO PEDIDO

Assim, nos termos das conclusões consignadas no Relatório de Fiscalização anexo, vimos requerer que este Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), caso entenda pertinente, ofereça, perante a Justiça local, ação civil pública, por atos de improbidade administrativa cometidos pelo Senhor Marco Antonio Tofetti Campanella, no exercício da Direção-Geral do DFTrans.

Brasília – DF, 02 de julho de 2014

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA
E CONTROLE – CFGTC**


Deputado Joe Valle
Presidente

Comissão de Fiscalização, Governança,
Transparência e Controle - CFGTC

RQ nº 2718 / 2013

Folha nº 54

Matrícula: 16839 Rubrica: 91

